OS PARAGUAIOS NA CONSTRUÇÃO DO EXTREMO OESTE DO BRASIL, 1870-1935[1]

Robert W. Wilcox*

Tradução:
Adilson Crepalde**
Paulo Roberto Cimó Queiroz***
Eudes Fernando Leite***

Com relação às recentes migrações em massa de latino-americanos para regiões do hemisfério anteriormente remotas, um dos aspectos mais importantes consiste no impacto que essas migrações tiveram sobre áreas de fronteiras internacionais. Entretanto, com exceção da fronteira entre os Estados Unidos e o México, a análise histórica desse processo, reconhecidamente complexo, encontra-se ainda em sua infância, e poucos observadores desenvolveram bases teóricas satisfatórias para explicá-lo[2].

Uma exceção foi o historiador cubano Jorge Mañach, que falou de fronteiras "equilibradas" e "desequilibradas", principalmente no contexto da fronteira entre os Estados Unidos e o México. Mañach acreditava que a distribuição do poder entre as nações determinava o grau de igualdade ou desigualdade em seu inter-relacionamento fronteiriço. Em sua visão, quando um país mais fraco, em termos políticos ou econômicos, faz divisa com um país mais forte, a comunicação, como um todo, é sacrificada, e o poder mais forte inevitavelmente "transborda", econômica e culturalmente, para a região vizinha[3].

---

* Northern Kentucky University, EUA.

** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

*** Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

[1] NOTA DOS TRADUTORES: A presente tradução foi efetuada a partir do texto publicado na revista *the Americas*, v. 49, n. 4, p. 479-512, abr. 1993. Agradecemos ao autor e aos editores de *the Americas* a autorização, gentilmente concedida, para que pudéssemos realizar este trabalho. É importante enfatizar que, para esta tradução, o texto não foi atualizado, de modo que alguns dados e afirmações podem estar hoje superados.

[2] Uma excelente fonte sobre o estudo recente da fronteira entre os Estados Unidos e o México é Stoddard et. al. (org.), 1983.

[3] Mañach, 1975, p. 16-17.

Mañach postulou também que, uma vez cessados os conflitos por territórios, as fronteiras tornam-se principalmente regiões migratórias,

> com tendência à mistura de pessoas, línguas e costumes, mas sem uma solidariedade estável ou autêntica. Então, não raramente [a fronteira] transforma-se em uma desordenada zona de vícios e aventuras [...]. Nesses casos, a nação mais fraca tende a sofrer humilhações, ao passo que a outra detém as vantagens – muito embora essa última se sinta, ela própria, diminuída e privada de seu caráter, nessa espécie de franja territorial onde a vitalidade nacional se encontra exaurida.[4]

Tal perspectiva geopolítica, no entanto, chama a atenção para outro elemento pertinente à questão da migração transfronteiriça. Recentes estudos geográficos e socioeconômicos sobre o interior do Brasil denominaram como "frentes de expansão" ou "frentes pioneiras" as ondas migratórias para regiões anteriormente pouco povoadas. Essas "frentes" de ocupação desenvolvem-se como resultado de condições existentes nas metrópoles nacionais ou em suas imediações. Demandas por matéria-prima ou produtos agrícolas pelos centros urbanos em crescimento, combinadas com o crescimento do desemprego ou a deterioração das oportunidades agrícolas nas regiões mais ocupadas, levam à exploração econômica e finalmente ao povoamento de uma área antes ignorada. Isto tem sido uma constante na história recente da América Latina e a força propulsora da ocupação do interior do Brasil nos dias atuais, na Amazônia e em outros lugares[5].

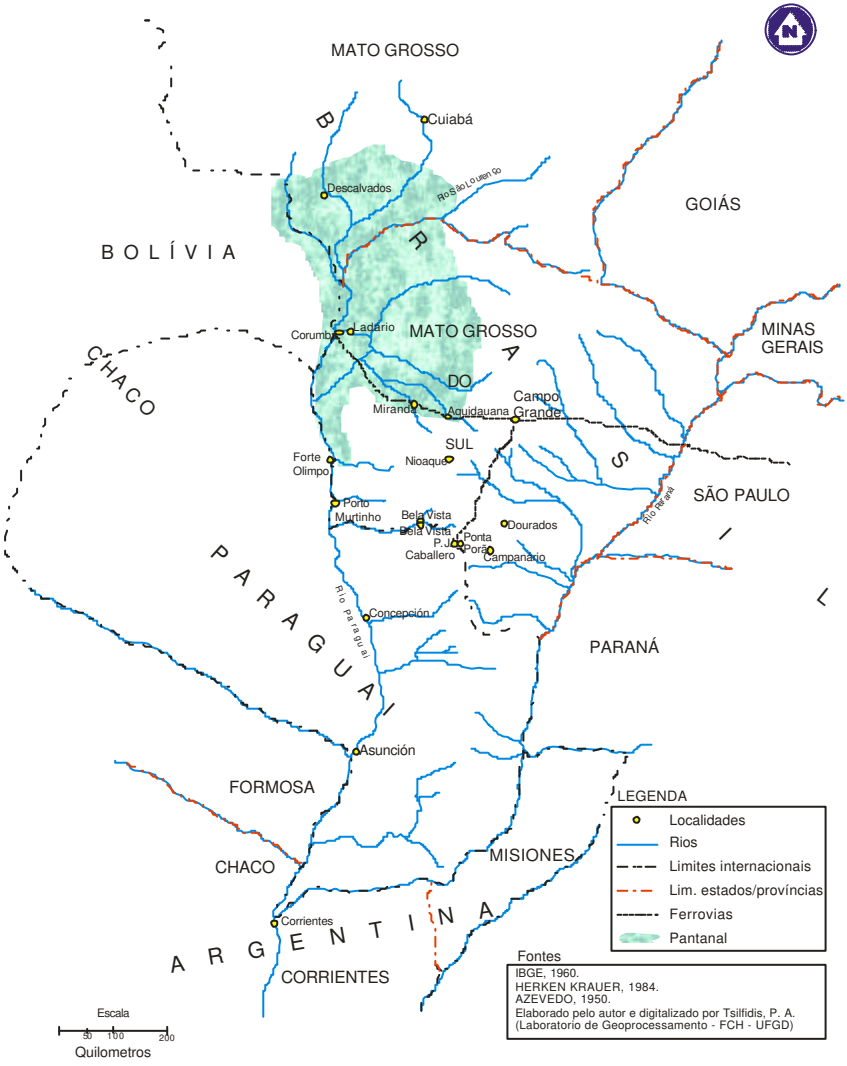
Esse fenômeno, bem como as observações de Mañach, aplicam-se de muitas formas a várias regiões de fronteira que o Brasil compartilha atualmente com seus vizinhos, particularmente com o Paraguai. A partir de meados da década de 1960, a procura por terras baratas no interior do Brasil atravessou a fronteira paraguaia com a parte sul do estado brasileiro de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). Encorajados por uma complacente política de terras vigente no Paraguai, dezenas de milhares de brasileiros (camponeses, fazendeiros, madeireiros e especuladores de terra), denominados "brasiguaios", invadiram o nordeste paraguaio e têm dominado a região até os dias de hoje[6].

[4] Ibid., p. 15.

[5] Estudos mais detalhados sobre os conceitos de "frentes pioneiras" e "frentes de expansão" encontram-se em Waibel, 1955; Velho, 1981; Martins, 1975; Foweraker, 1981.

[6] Estima-se que haja de 300.000 a 500.000 brasileiros vivendo atualmente no Paraguai. Sobre esse e outros assuntos, ver Laino, 1978; Nickson, 1981; Palau Viladesau e Veron, 1989; Wilson, Hay e Margolis, 1989.

Região de Fronteira Brasil - Paraguai



A ironia histórica dessa situação semi-caótica é que os brasileiros nem sempre tiveram uma influência tão intensa nessa área de fronteira. Entre 1870 e a década de 1930, os paraguaios deram significativas contribuições econômicas e sociais ao desenvolvimento do Mato Grosso. Tratando-se de uma região em desenvolvimento, que passava por mudanças funda-

mentais e era freqüentemente vista como o "oeste selvagem", a presença paraguaia no trabalho, no comércio, no contrabando e no banditismo acabou por provocar, por parte do governo central brasileiro, uma reação nacionalista não muito diferente daquela atualmente expressa por alguns círculos em Assunção com relação à presença brasileira.

A intenção deste trabalho é, portanto, tripla. Primeiro, explicar as forças que levaram à migração paraguaia entre 1870 e 1935 e o papel dos imigrantes no desenvolvimento da região. Segundo, aplicar o conceito de fronteira de Mañach à experiência humana e cultural dessa zona fronteiriça: tratava-se de uma fronteira "desequilibrada", resultando no domínio do Paraguai pelo Brasil? O sul do Mato Grosso transformou-se, nesse período, em uma desordenada região migratória, na qual a "vitalidade nacional" se apresentava "exaurida"? Por fim, avaliar quais eram as reais oportunidades que existiam para o estabelecimento dos imigrantes: eles foram um exemplo de uma incipiente "frente pioneira", que facilitou a ocupação posterior, ou simplesmente um fenômeno transitório, que teria deixado poucas raízes (se é que deixou alguma)?

Essas questões ganham ainda mais relevância quando as condições da região são comparadas às do resto da América Latina, uma vez que depois de 1870 houve consideráveis perturbações rurais por todo o hemisfério, à medida que o capitalismo moderno penetrava do litoral em direção ao interior. As experiências do Paraguai e de Mato Grosso acentuam o fato de que mesmo zonas remotas, relativamente periféricas, participaram intensamente desse processo de transformações.

Até recentemente, o sul de Mato Grosso e o nordeste do Paraguai eram esparsamente povoados por euro-americanos e constituíam o lar de vários grupos ameríndios de diversas origens étnicas e lingüísticas. A fixação de europeus nessa região, no final do século XVIII, logo trouxe uma competição por territórios, gerada e alimentada em Madri e Lisboa. Embora muitos grupos indígenas locais não fossem menos competitivos e expansionistas do que os não-índios, as animosidades introduzidas na região os levaram a entrar em um processo inexorável, que os forçou a tomar partido. Durante o período colonial ocorreu, ao longo do alto rio Paraguai, uma constante rivalidade espanhola-portuguesa, e a insularidade do Paraguai independente, até o final dos anos 1850, somente reforçou a exclusão e o conflito. Essa situação durou até depois da Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai (1864-70). No período pós-guerra, paraguaios e brasileiros encontraram-se uns com os outros pela primeira vez, e esse encontro se deu em termos de igualdade em certos sentidos e de desigualda-

de em outros. Criou-se uma nova região, a qual, distinguindo-se em relação às metrópoles nacionais (neste caso, Rio de Janeiro e São Paulo), manifestava muitas das características das zonas fronteiriças, tendo sido comparada ao *Far West* dos Estados Unidos. Os paraguaios foram decisivos nesse processo, uma vez que contribuíram para o desenvolvimento atendendo à necessidade de mão-de-obra nessa área de baixa densidade populacional[7].

Tabela 1
População do Paraguai e de Mato Grosso
Fontes: Mendoza A. (1969); BRASIL. *Recenseamento... 1940.*

	1872	1900	1914	1920	1935
Paraguai	230.000	450.000	600.000	700.000	1.000.000
Mato Grosso	60.400	92.800	---	246.600	432.265

O desenvolvimento econômico de Mato Grosso após 1870 coincidiu com uma época de dinâmica expansão do sistema capitalista internacional. Embora sua completa integração às economias nacional e internacional tenha sido lenta, Mato Grosso experimentou um firme crescimento na atividade econômica, na população e na renda regional. As receitas governamentais passaram da minúscula cifra de 1:165$000 (1.165 mil-réis, ou 560 dólares americanos), em 1871, para 8.000:000$000 (8 mil contos de réis, ou 640.000 dólares americanos) em 1935. A extração da erva mate (*Ilex paraguaiensis*) e da borracha, juntamente com a pecuária e a fabricação de produtos do gado, contribuíam fortemente para a renda regional e ofereciam emprego a uma crescente população. Entre 1870 e 1940 a população do estado multiplicou-se por sete, passando de 60.000 para 432.000, numa taxa anual de aproximadamente 3% (v. Tabela 1). Os imigrantes chegavam num fluxo regular, em busca do êxito ou, pelo menos, da possibilidade de terem uma vida melhor que aquela que haviam deixado para trás[8].

[7] Bastos, 1978, passim; Williams, 1979.

[8] *Relatório ... Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, 20 ago. 1871*, p. 51; IBGE. *Séries estatísticas retrospectivas*, v. 1 (1986), p. 124-125, e v. 3 (1987), p. 32, 34. O valor do mil-réis flutuou ao longo do tempo, tendo apresentado uma firme tendência de declínio em relação ao dólar. Por exemplo, a renda em dólares declinou de mais de um milhão de dólares em 1920 para menos de 650.000 dólares em 1935. O mil-réis valia 48 centavos de dólar em 1871, 22 centavos em 1920 e 8 centavos em 1935. A taxa de câmbio em 1871 foi extraída de: IBGE. *Séries estatísticas retrospectivas*, v. 1, p. 63-64. As taxas para 1920 e 1935 constam em: UNITED STATES. *Banking and monetary statistics*, 1943, p. 664.

A HEMORRAGIA EMIGRATÓRIA PARAGUAIA

A Guerra do Paraguai, que aliou Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, foi uma impiedosa luta armada que durou seis anos e resultou na devastação da nação paraguaia. Os números reais ainda são objeto de debate, mas, partindo de uma população entre 350.000 e 450.000 habitantes, antes da guerra, observadores contemporâneos a situaram, no imediato pós-guerra, em pouco mais de 200.000 pessoas, das quais apenas 15.000 não eram mulheres e crianças.

Um censo efetuado em 1886 revelou uma população de 330.000 pessoas (v. Tabela 1)[9]. Supostamente, mesmo naquela época a proporção era de três mulheres para cada homem. Com poucos homens adultos, uma economia em ruínas e o país ocupado, até 1876, por milhares de soldados brasileiros, o Paraguai pouco oferecia a sua população sobrevivente além de prolongado sacrifício e sofrimento. Acrescentando-se a isso as secas e pragas de gafanhotos ocorridas entre 1871 e 1875, o pequeno investimento por parte dos Aliados (exceto aquele destinado à manutenção das tropas), as constantes intrigas políticas durante os anos de 1870 e as desastrosas leis de terra de 1884 e 1886, conclui-se que as condições estavam maduras para o começo da emigração que tem perturbado o país até os dias de hoje[10].

O Paraguai perdeu também território, uma vez que os vitoriosos Brasil e Argentina resolveram suas anteriores disputas territoriais com o vizinho. A Argentina ganhou uma parte da região semi-árida do Chaco ocidental, além do território das missões, na divisa com a província argentina de Corrientes, num total de 75.000 km^2. O Brasil tomou posse de mais de 62.000 km^2, que se tornaram parte de Mato Grosso. Essas áreas se tornaram os principais destinos dos paraguaios, que, além de oportunidades econômicas, buscavam segurança em face da repressão política nas décadas que sucederam à guerra[11].

---

[9] Massare de Kostianovsky, 1969, p. 228-234; Carrasco, 1905, p. 9. O debate sobre a população antes e depois da guerra continua. Ver Reber, 1988, p. 289-319, e Whigham e Potthast, 1990, p. 667-678.

[10] Warren, 1978, p. 225.

[11] Flores Colombino, 1972, p. 60; Bourgade de la Dardye, 1892, p. 233. Ver também Warren, 1978, p. 116, 245-246, 259-260. Mato Grosso era enorme. Era a segunda mais extensa província/Estado, logo depois do Amazonas, ocupando mais de 1.477.000 km^2 antes de seu primeiro desmembramento em 1943. Em 1979, outro desmembramento deu origem a Mato Grosso do Sul, com uma área de 357.000 km^2. Cf. BRASIL/MATO GROSSO. *Sinopse Estatística do Estado*, n. 1, ano 2, 1936, p. 12; Afonso Simões Corrêa, 1984, p. 1 (meus agradecimentos ao autor, pertencente à EMBRAPA-CNPGC, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, por me permitir o acesso a esse relatório).

As estatísticas oficiais são difíceis de serem encontradas e, no mínimo, duvidosas. Entretanto, combinadas com ocasionais observações subjetivas de viajantes, diplomatas e alguns migrantes, permitem construir uma idéia relativamente razoável sobre quantos paraguaios deixaram seu país em busca de outra vida no estrangeiro. Já em 1876, seis anos após a guerra, estimava-se que os paraguaios constituíam mais da metade da população do crescente porto brasileiro de Corumbá, situado às margens do rio Paraguai. O contingente paraguaio provavelmente chegava a seis mil pessoas. Nos ervais do sul de Mato Grosso, ao longo da fronteira paraguaia, onde as árvores nativas eram exploradas por meio de um rígido sistema de trabalho, o número de trabalhadores paraguaios oficialmente contados em 1897 era de 2.700 – todos, praticamente, homens jovens. Essas cifras parecem ter-se mantido no decorrer do tempo. O censo brasileiro de 1920 registrou aproximadamente 17.000 paraguaios no país, sendo mais de 13.000 somente em Mato Grosso. Este total correspondia a mais de 50% dos estrangeiros registrados no estado (ver Tabela 2)[12].

Na Argentina, o incompleto censo nacional de 1895 anotou quase 15.000 paraguaios, sendo cerca de 6.500 nos três territórios de fronteira (Misiones, Chaco e Formosa). Somente em Misiones, os paraguaios formavam 48% da população. Um censo argentino mais completo, em 1914, revelou aproximadamente 28.000 imigrantes paraguaios, estando mais da metade deles nos territórios de Misiones, Chaco e Formosa (em Misiones, eles constituíam 38% da população). A população estimada no Paraguai era de 230.000 em 1872, 450.000 em 1900 e 600.000 em 1914. Entre 80 e 85% dessa população vivia na zona rural, durante todo esse período. Os dados revelam uma taxa anual de crescimento de cerca de 2,5%. E, de acordo com os censos oficiais, isto sugere que 7% da população paraguaia residia em países vizinhos. Supondo-se, porém, que os emigrantes, em sua maioria, eram homens, essa proporção fica mais expressiva, indicando talvez que os residentes no exterior chegavam a constituir 15% da população masculina. Para efeito de comparação, note-se que em 1913, no ápice da emigração italiana, o número de italianos nas Américas era de

[12] Fonseca, 1986, t. 1, p. 317; *Relatório ... Companhia Mate Larangeira, 1898*, p. 10-11; Flores Colombino, 1967, p. 100. Com relação ao número de paraguaios trabalhando na zona ervateira de Mato Grosso, Juan Carlos Herken Krauer estimou um total entre 4.000 e 6.000 trabalhadores ocupados em todos os aspectos dessa indústria, incluindo aqueles não-diretamente empregados pela companhia monopolista, a Mate Laranjeira (HERKEN KRAUER, 1984, p. 83).

aproximadamente 4,5 milhões, algo em torno de 13% da população daquele país[13].

Tabela 2

Paraguaios nos censos oficiais e não-oficiais da Argentina e do Brasil

Anos	Argentina	Brasil
1876*	- - -	6.000 (Corumbá)
1895	15.000 (região da fronteira noroeste: 6.500)	- - -
1897*	- - -	2.700 (região ervateira)
1890-1914*	- - -	4.000 a 6.000 (região ervateira)
1900*	30.000 (Argentina e Brasil)	
1913*	- - -	20.000 (Mato Grosso)
1914	28.000 (região da fronteira noroeste: 14.000)	- - -
1917*	- - -	40.000 (Mato Grosso)
1920	- - -	17.000 (Mato Grosso: 13.000)
1920*	100.000 (Argentina e Brasil)	
1931*	50.000 (Formosa)	50.000 (Mato Grosso)
1940	47.000	11.800 (Mato Grosso)

Fontes: Fonseca (1986); Flores Colombino (1967); Pérez Acosta (1952); Rivarola (1967); Freire Esteves (1921); *Relatório da Matte Larangeira* (1898); *Notas americanas* (1917); BRASIL. *Recenseamento ... 1920*; BRASIL. *Recenseamento ... 1940*; *Carta de José Pinto Guimarães* (1931); Romero (1913); Herken Krauer (1984). As datas assinaladas com asterisco (*) correspondem aos censos não-oficiais.

Entretanto, a maioria dos paraguaios residentes no Brasil e na Argentina vivia em situação ilegal, não sendo contada em nenhum censo. As estimativas, embora inconclusivas e às vezes exageradas, ainda oferecem, com relação ao número de emigrantes, uma indicação mais completa que aquela fornecida pelos dados oficiais. Isso se deve a várias razões. Primeiro, a emi-

[13] Pérez Acosta, 1952, p. 15-17; Flores Colombino, 1967, p. 98; Fogel, 1973, p. 167; Carrasco, 1905, p. 9; Raul Mendoza A., 1969, p. 21-22; *Storia della popolazione italiana in Argentina*, 1987, p. 592; B. R. Mitchell, 1981, p. 31. Os italianos não emigraram somente para as Américas. O número dos que buscaram oportunidades em outros países europeus foi, pelo menos, igual ao dos que cruzaram o oceano, o que sugere que durante o auge da emigração italiana (1901-1910) chegava talvez a 20% o total de italianos vivendo no estrangeiro.

gração para os países vizinhos era mais fluida do que poderia ser para muitos emigrantes europeus e asiáticos que se dirigiam para as Américas. Segundo, a coleta de dados censitários, nessa época, era notoriamente ineficiente, subestimando e deixando de contar muitos residentes. Levando-se em conta a considerável distância em que se encontravam muitas províncias e territórios argentinos, bem como a maior parte de Mato Grosso, e ainda certa desconfiança entre a população de um modo geral, fica evidente o quão incertos eram os censos oficiais naquele tempo. Por último, muitas das pessoas nascidas em território argentino ou brasileiro, e que eram contadas como cidadãos desses países, eram na verdade filhos de pais paraguaios e, em sua maioria, cresciam em um ambiente onde se enfatizava a identidade étnica e se mantinham contatos regulares com parentes e amigos no Paraguai. Isto ocorreu especialmente no Brasil, um país de língua portuguesa, onde o idioma vernáculo do Paraguai (uma mistura de Espanhol e Guarani) ajudou a preservar uma cultura distinta. Na maioria das estimativas populacionais subjetivas, esses paraguaios nascidos em território estrangeiro eram considerados simplesmente paraguaios, o que contribuía para que o número atribuído aos estrangeiros excedesse em muito aos dados oficiais.

Escrevendo em 1920, Luís Freire Esteves estimava que, "sem exagero", havia mais de 100.000 paraguaios vivendo em países vizinhos, a maioria por razões econômicas. Esse número correspondia a aproximadamente 15% do total da população do Paraguai. Em um artigo que enfatizava a necessidade de maiores laços entre o Brasil e o Paraguai, publicado em 1917, um autor anônimo mencionou cerca de 40.000 paraguaios somente em Mato Grosso, apenas 3 anos antes do censo nacional brasileiro de 1920, que situou em 246.600 habitantes a população do referido estado. A população paraguaia de Mato Grosso correspondia, portanto, a mais de 16% do total; entretanto, considerando-se apenas os municípios do sul, onde vivia a vasta maioria dos paraguaios, essa cifra se eleva a 38%. Finalmente, uma carta enviada pelo cônsul geral do Brasil em Assunção ao Ministério das Relações Exteriores, em 1931, relatava que havia 50.000 paraguaios na província argentina de Formosa e outros 50.000 em Mato Grosso. Exageradas ou não, essas cifras claramente sugerem que a questão da emigração paraguaia merecia atenção tanto no Paraguai como nos países que a abrigavam[14].

[14] Freire Esteves e González Peña, 1921, p. 162; *Notas americanas*, 1917, p. 846-847; BRASIL. *Recenseamento ... 1920*. v. 4, parte 1 (População – Estado de Mato Grosso), 1926, p. 408-409; *Carta de José Pinto Guimarães (cônsul geral do Brasil em Assunção)*, Assunção, 23 maio 1931. Para a população oficial de Mato Grosso durante esse período, ver Tabela 1.

RAZÕES PARA A EMIGRAÇÃO

O constante fluxo de jovens paraguaios, homens e mulheres, viajando em barcos fluviais a vapor, trens, carros de boi e até mesmo a pé, para destinos desconhecidos na Argentina e no Brasil, provocou grande preocupação entre seus compatriotas. Os primeiros escritores paraguaios viram claramente a emigração como um problema, e a percepção deles sobre as forças que compeliam tantos paraguaios a deixarem o seu país mantém-se tão válida hoje em dia quanto no passado. Numa série de artigos publicados em 1913 em Assunção, Genaro Romero atribuiu a emigração a dois fatores: levantes políticos endêmicos e falta de terra para o cultivo. Normalmente, embora nem sempre, esses dois fatores vinham de mãos dadas. Naquela época, e até dias recentes, a maioria da população paraguaia vivia na zona rural. Conflitos civis e "revoluções" atormentaram o país desde o fim da guerra, em 1870, até recentemente, e a política partidária era uma atividade apaixonada, deixando muito pouco espaço para a neutralidade. Funcionários e políticos corruptos, freqüentes quarteladas, recrutamento militar arbitrário (mesmo em tempos de paz), tudo isso contribuía para um clima de insegurança entre a população rural, forçando muitos a considerar seriamente a alternativa de viver no exterior. Mas as pressões políticas somente intensificavam uma situação já intolerável, visto que as condições econômicas do campo ofereciam pouco futuro a uma crescente população[15].

Em um ensaio escrito na Suíça em 1915, o futuro presidente Elígio Ayala registrou uma significativa "desordem" na economia paraguaia, a qual limitava a produção agrícola e o crescimento. O problema estava fundamentalmente relacionado à distribuição das terras. Numa postura liberal verdadeiramente esclarecida, à moda da época, Ayala não via os latifúndios como os culpados, uma vez que eles ofereciam pelo menos alguns postos de trabalho. Ele culpava as políticas econômicas governamentais e a falta de atenção e até mesmo de interesse com relação à zona rural. Ayala acreditava que o desequilíbrio entre preços e salários, a inadequação da legislação agrária, os precários meios de transporte, a falta de educação agrícola, de crédito, ou de incentivos para cooperativas, etc., eram as principais razões pelas quais os camponeses não conseguiam ganhar o seu sustento na sua própria terra e se viam obrigados a emigrar. Ele admitia também que o processo de expansão de grandes fazendas, englobando terras nominalmente em poder de pequenos produto-

[15] Romero, 1913, p. 8-10; Barrett, 1978, p. 93-119. Barrett, um jornalista socialista espanhol residente no Paraguai, escreveu muitos artigos em vários jornais de Assunção entre 1905 e 1910, condenando a violência política, a corrupção e a exploração do trabalho.

res (minifundistas), estava avançando em uma proporção crescente, tanto por meio da expulsão daqueles que não possuíam títulos legais, como pela compra de propriedades a preços elevados. Essa "desordem econômica" restringia, portanto, o bem-estar econômico entre o campesinato, especialmente à medida que a população rural crescia. Além disso, os paraguaios seguiam o direito de primogenitura, e desse modo não se podia esperar que a gleba familiar oferecesse um futuro para a maioria das crianças nela nascidas. Apesar dessa situação, havia abundância de terras desocupadas; entretanto, mesmo assim os filhos dos minifundiários não se dirigiam em massa para as regiões de fronteira, para lá instalarem seus próprios minifúndios, o que sugere que o impacto dos vastos latifúndios era maior do que Ayala acreditava[16].

Em 1883 e 1885 o governo paraguaio vendeu terras estatais (que constituíam a maior parte do Paraguai do pós-guerra) em leilões públicos, numa tentativa de levantar dinheiro para pagar empréstimos contraídos em Londres nos anos 1870 e ajudar a financiar a reconstrução do país. Isso levou a uma orgia especulativa que deu cabo de 29 milhões de hectares somente em 1885-1886. Desse total, aparentemente 25 milhões de hectares foram revendidos, divididos ou deixados em pousio depois da aquisição. Em não mais que 15 anos, praticamente não sobrava mais nenhuma terra para ser comprada. Embora as leis agrárias, em princípio, dessem prioridade de compra aos camponeses locais, em termos práticos essas leis não levavam em consideração as dificuldades encontradas pelos camponeses em levantar dinheiro vivo para comprar as terras em que trabalhavam. Além disso, tragicamente, muitas cidades e vilas foram equivocadamente incluídas nas glebas vendidas. Enfim, as leis desfecharam um golpe mortal na pequena propriedade e facilitaram a especulação por parte de investidores estrangeiros e nacionais[17].

Essa especulação freqüentemente deixava a terra inexplorada, o que permitia que camponeses nela permanecessem, como arrendatários ou simples posseiros. Porém, com muito pouco incentivo para a expansão do cultivo, o uso da terra continuou baixo. Domingo Rivarola mostra que, em 1902, somente 0,7% das terras da região leste do país (a mais densamente povoada) estavam sendo cultivadas, sendo que em 1916 essa percentagem havia subido apenas

[16] Ayala, 1941, p. 33-35, 42-45.

[17] Freire Esteves, 1921, p. 68; Carlos Warren, 1946, apud Garcia Mallid, 1963-64, p. 484; Carlos Pastore, 1972, p. 221-225, 253-256; Harris G. Warren, 1985, p. 171. Esse processo não foi exclusivo do Paraguai, é claro. Para várias boas discussões acerca da expansão das grandes propriedades, estimulada pelo crescimento da economia exportadora, e seu impacto sobre a sociedade rural em outras áreas da América Latina, ver: Mallon, 1983, p. 79-98; McCreery, 1986, p. 99-117; Knight, 1986, p. 41-74; Dean, 1976. Para um estudo focado sobre desenvolvimentos mais recentes no Brasil, ver Foweraker, 1981.

para 0,9%. Em 1925, calculava-se que 70% de todos os pequenos agricultores trabalhavam em terras alheias, ao passo que mais de 15 milhões de hectares estavam nas mãos de apenas 136 proprietários. O censo rural de 1942-44 demonstrou que, dos 40,6 milhões de hectares que compunham o território nacional, a pecuária ocupava 16 milhões, enquanto a agricultura ocupava meros 1,5 milhão de hectares. Além disso, 95% de todos os estabelecimentos agrícolas tinham 50 hectares ou menos, sendo que 48% tinham menos de 5 hectares. Somente 16% de todas as propriedades tinham títulos definitivos. Ao mesmo tempo, 45% do total da população nacional moravam na zona rural. Essas cifras indicam o quanto era precária a vida dos pequenos agricultores durante esse período. Mesmo quando uma família possuía sua própria terra, a falta de infra-estrutura e de acesso aos mercados tornava difícil ganhar dinheiro suficiente para adquirir mais terras para os filhos em regiões remotas. Tais condições somente podiam gerar uma emigração endêmica[18].

Havia, contudo, outro elemento a ser considerado nessa história: a possibilidade de emprego alternativo. Fatores de expulsão, determinantes da migração, somente são relevantes quando existem também fatores de atração dos migrantes. Muitos dos maiores latifúndios do Paraguai estavam nas mãos de empresas que exploravam a erva-mate ou o quebracho, companhias madeireiras e criadores de gado. Empreendimentos similares também existiam no Brasil e na Argentina, e juntos eles ofereciam uma válvula de escape de um setor agrícola estagnado, prometendo salários nunca antes imaginados. A contratação era simples. Com a ajuda de autoridades locais, recrutadores profissionais de mão-de-obra viajavam de vilarejo em vilarejo oferecendo adiantamentos em dinheiro para os jovens que moravam na zona rural, os quais eram contratados por um ou dois anos e tinham que pagar o débito com seu trabalho. Muitas vezes, os rapazes assinavam tais contratos com vistas a saldar uma dívida, em colheitas ou em terra, assumida por eles próprios ou por seus pais. Em outros casos, a visão de tanto dinheiro de uma só vez era suficiente para lhes virar a cabeça. Freqüentemente, corruptos chefes políticos e policiais locais recebiam uma "taxa" fixa para cada camponês contratado em seus distritos. Até 1909, quando se instituiu o recrutamento militar nacional, esses funcionários tinham o poder de pressionar os rapazes a se engajarem no serviço militar, e eles geralmente faziam isso com aqueles que recusavam os contratos de trabalho acima referidos.

[18] Rivarola, 1977, p. 20-21; UNITED STATES. *Labor supply and its relation to Paraguayan agriculture*, 1925; Pastore, 1972, p. 299, 402-405; Rivarola, 1967, p. 51. Estimava-se que em 1886, em seguida às vendas de terras, 82% da população adulta do Paraguai (acima de 14 anos de idade) trabalhava na agricultura. Isto enfatiza ainda mais o potencial do impacto das vendas sobre o bem-estar futuro da população do país. Ver González Erico, 1975, p. 126.

Alguns jovens procuravam, por meio da emigração, livrar-se tanto do recrutamento forçado quanto desses contratos, embora freqüentemente acabassem trabalhando em estabelecimentos similares na Argentina ou no Brasil[19].

As opções para os camponeses paraguaios, rudes e analfabetos, eram claramente limitadas. As condições em seu país restringiam o trabalho agrícola independente, com ou sem um título de propriedade da terra. Assunção também não era opção até os anos de 1970, uma vez que os empregos ali exigiam qualificação ou semi-qualificação e eram ocupados por paraguaios alfabetizados e os poucos europeus que se aventuravam rio acima a partir de Buenos Aires. O Paraguai não tinha indústria urbana digna de nota, e a construção civil estava limitada por uma economia amplamente baseada na exportação de produtos extrativos, uns poucos gêneros agrícolas (como tabaco e laranjas) e produtos da pecuária. As grandes fazendas de pecuária, por sua própria natureza, ofereciam mínimas oportunidades de emprego. As únicas soluções possíveis eram procurar trabalho como proletário rural (nos frigoríficos e nos campos das companhias de erva-mate e quebracho) ou emigrar, freqüentemente para a mesma espécie de emprego. Esse processo prevaleceu até a Guerra do Chaco, contra a Bolívia (1932-35). Depois de 1935, o contínuo crescimento das oportunidades econômicas no exterior, particularmente na Argentina, e a perpetuação das mesmas condições rurais no Paraguai levaram ao aumento da emigração, sobretudo para as cidades argentinas próximas à fronteira e para Buenos Aires. Mas essa foi outra fase da emigração, que se dirigiu grandemente para o vizinho meridional do Paraguai e causou menos impacto em Mato Grosso que aquela ocorrida no período aqui discutido[20].

PARAGUAIOS EM MATO GROSSO

Inicialmente, as oportunidades eram limitadas mesmo na fronteira, que era tão remota e não-desenvolvida quanto o próprio Paraguai. Nos anos de 1870, o Estado nacional argentino ainda estava em processo de consolidação,

[19] Puiggari, 1933, p. 25-28; Barret, 1978, p. 122; Romero, 1913, p. 11-12, 23; Warren, 1949, p. 265. Tais formas de contratação de trabalho dificilmente seriam exclusivas do Paraguai. Para discussões acerca de regimes de trabalho similares e peonagem por dívidas em outras regiões da América Latina durante o período, ver novamente McCreery (1986), Knight (1986) e Mallon (1983), bem como vários ensaios na valiosíssima obra de Duncan e Rutledge, 1977; Guy, 1978, p. 135-172; e Blanchard, 1980, p. 63-83.

[20] O estabelecimento dos *saladeiros* (fábricas de carne salgada), na virada do século, e a entrada das indústrias de carne enlatada, durante a Primeira Guerra Mundial, ofereceram algum emprego sazonal, mas seu impacto geral, e especialmente de longo prazo, sobre o mercado de trabalho, estava longe de ser suficiente para aliviar o desemprego crônico. Ver *Liebig's en el Paraguay*, 1965, p. 81-83, 88-90; e UNITED STATES. *Agricultural survey of South America: Argentina and Paraguay*, 1926, p. 87.

e muitos anos se passariam antes que seus novos territórios oferecessem uma opção para imigrantes de qualquer nacionalidade. Em Mato Grosso, a guerra tinha causado quase tanta devastação quanto no Paraguai. Os habitantes do período pré-guerra, na maior parte, se haviam espalhado pelo território brasileiro ou haviam sido feitos prisioneiros de guerra, e pouco restava do mínimo desenvolvimento econômico esboçado antes do conflito. Entretanto, algum investimento estatal, estimulado pela guerra, chegou à remota província depois que as hostilidades cessaram. Mato Grosso, e especialmente o porto de Corumbá, no Rio Paraguai, recebeu do Rio de Janeiro mais atenção do que jamais havia recebido antes. Dessa maneira, tornou-se, nos anos de 1870, um centro em relativa expansão, oferecendo a única opção viável para os paraguaios que procuravam uma vida melhor. Essa região também propiciava, na época, as mais óbvias oportunidades para o intercâmbio econômico com o Paraguai, com benefícios para ambas as regiões.

O período do imediato pós-guerra estimulou os legisladores no Rio de Janeiro (chocados pela vulnerabilidade do remoto interior do Brasil e pelo sacrifício exigido para levar até lá homens e materiais) a darem maior atenção à hinterlândia nacional, começando por Mato Grosso. Já em 1869, o governo imperial aprovou uma lei que abria o porto de Corumbá, por dois anos, à livre importação e exportação de mercadorias, numa tentativa de estimular o comércio e o desenvolvimento econômico na região. O plano obteve êxito, mas logo ficou claro para as autoridades locais que havia uma séria falta de mão-de-obra para efetivar as construções requeridas pela expansão comercial. Quando os militares brasileiros decidiram também construir ali um estaleiro, em 1873, essa carência se acentuou. A fonte mais óbvia de mão-de-obra era o Paraguai, onde as oportunidades eram limitadas e o espectro do desemprego em massa crescia em face da perspectiva da retirada das tropas brasileiras que ainda permaneciam no país. O governo brasileiro encontrou uma solução em 1874, quando autorizou o consulado em Assunção a fornecer a paraguaios, gratuitamente, passagens de ida para Corumbá (uma política que se repetiria, duas décadas mais tarde, com relação a imigrantes destinados aos cafezais de São Paulo)[21].

[21] Virgílio Corrêa Filho, 1969, p. 553; *Una emigración inconveniente*, 1876, p. 1. O subsídio estatal aos imigrantes para os cafezais de São Paulo foi crucial para a subseqüente prosperidade desse Estado e do país, e a experiência em Mato Grosso, embora breve, revela a importância do papel do Estado no estímulo à imigração. O melhor estudo da imigração e da migração interna até a época atual é: T.W. Merrick e D. Graham, 1979. Além disso, o investimento do governo no estaleiro revela certo desejo, por parte das autoridades, de promover o crescimento econômico no interior do país, embora, no caso de Mato Grosso, essa política não tenha tido continuidade. Uma excelente reavaliação da política econômica interna do governo é: Topik, 1985.

Viajando pelo Paraguai e por Mato Grosso em 1876, Michael G. Mulhall afirmou que o consulado brasileiro já havia emitido mais de 5.000 passagens gratuitas para paraguaios. João Severiano da Fonseca, que visitou Corumbá em 1877-78, relatou que o total da população civil da cidade era de 8.600, havendo outras 3.000 pessoas na cidade vizinha de Ladário, onde ficava o estaleiro. Estimava-se que os paraguaios constituíam pelo menos a metade da população. Essa imigração, no princípio, envolveu homens e suas famílias, mas com a retirada final das tropas brasileiras do Paraguai, em maio de 1876, chegou um grande contingente feminino. Observações desse período se referem a algo em torno de 1.500 mulheres e crianças paraguaias acompanhando, rio acima, um único batalhão de soldados. Três batalhões, com aproximadamente 2.000 soldados em cada um, retiraram-se para Mato Grosso, e observadores locais calcularam que 3.000 a 4.000 paraguaios, no total, entraram em Corumbá somente ao longo dos meses de maio e junho de 1876. Embora tais estatísticas impressionistas possam estar exageradas, elas revelam efetivamente a enorme presença paraguaia em Corumbá nos primeiros anos do pós-guerra[22].

A maioria dos trabalhadores paraguaios em Corumbá não tinha qualificação profissional. Os homens eram estivadores, empregados subalternos no comércio e operários da construção civil, enquanto as mulheres trabalhavam como empregadas domésticas, lavadeiras, babás, amas de leite e vendedoras ambulantes. A presença das famílias dos soldados gerou certa controvérsia. Mesmo antes da chegada maciça das tropas, o funcionário local do serviço de colonização queixava-se de que as mulheres paraguaias de Corumbá eram geralmente de má índole, "sifilíticas" e viviam em prostituição com os soldados. Ele as culpava pelas freqüentes desordens ocorridas na cidade. Citando a prática do oferecimento de passagens grátis, o mesmo funcionário argumentava, também, que muitas se aproveitavam desse sistema para visitar amigos, vender mercadoria contrabandeada e em seguida retornar ao Paraguai. Abordando o mesmo tema dois anos mais tarde, Fonseca descreveu esses pequenos mercadores como "uma nova colônia de negociantes, ou melhor, traficantes"[23] (esse tipo de reclamação era cons-

[22] Mulhall, 1876, p. 15-16; Fonseca, 1986, p. 9-10, 13, 317; *Carta de João Lopez Carneiro da Fontoura...*, Corumbá, 17 fev. 1876; H. G. Warren, 1978, p. 268. Os dados sobre o número de mulheres paraguaias que acompanharam os soldados não foram registrados, uma vez que os capitães dos barcos de transporte das tropas se recusaram a fornecer as listas de passageiros à polícia do porto de Corumbá. Talvez uma pesquisa nos arquivos do Itamarati, no Rio de Janeiro, possa revelar os números exatos.

[23] *Carta ... José Ângelo de Moraes Rego, comandante do Quartel de Comando Geral da Fronteira do Baixo Paraguay em Corumbá*, Corumbá, 30 ago. 1876; *Carta de João Lopez Carneiro da Fontoura*, Corumbá, 17 fev. 1876; Fonseca, 1986, p. 317.

tante na região de fronteira, sendo que o contrabando constitui ainda hoje uma parte significativa da economia local).

O tema dos paraguaios em Mato Grosso foi discutido também no Paraguai. Em Assunção, no começo de 1876, artigos de jornal condenavam as condições em que os paraguaios viviam em Corumbá. A região era considerada imprópria para imigração, insalubre, "bárbara e atrasada" em comparação com o Paraguai. Acreditava-se que os candidatos a imigrantes eram iludidos com passagens gratuitas e promessas vazias, sendo que, ao chegarem, não encontravam nenhum meio honesto de ganhar a vida. Isso era considerado prejudicial ao Paraguai, visto que o país estava perdendo uma grande e produtiva parte de sua população, especialmente suas mulheres, enquanto que, para as pessoas que faziam a viagem, a mensagem subjacente era a probabilidade de uma vida de prostituição e degradação[24].

Essas descrições negativas levaram o comandante das forças militares em Corumbá, coronel José de Moraes Rego, a defender a comunidade paraguaia. Ele asseverou que os imigrantes, em sua maioria, estavam engajados em atividades econômicas honestas, não eram mendigos nem eram usados como escravos pessoais, como insinuavam alguns. Mesmo as mulheres que viviam com soldados (as quais constituíam a parcela mais pobre dos imigrantes) eram suficientemente bem "cuidadas" por seus homens. Ele admitia que alguns viajavam para Assunção, retornando com mercadorias para vender, mas enfatizava que as condições eram tão ruins na capital paraguaia que a maioria ficava feliz em permanecer em Corumbá. Esse debate claramente continuou por alguns anos, haja vista que, em 1880, ao noticiar uma celebração religiosa no bairro paraguaio, um jornal de Corumbá considerou necessário acentuar que não se tratava de uma reunião "imoral", uma vez que haviam comparecido muitas famílias[25].

Entretanto, a resposta oficial às preocupações de 1876 foi prudente. Depois de receber o relatório do coronel Rego, a legação brasileira em Assunção solicitou que o consulado local parasse de conceder passagens gratuitas até que o governo imperial decidisse o que deveria ser feito. Em janeiro de 1877 essa política foi extinta pelo Rio de Janeiro. Por essa época, no entanto, as condições em Corumbá haviam deixado de ser atraentes para os imigrantes[26].

---

[24] *Una emigración inconveniente*, 1876, p. 1; *Despoblación rápida*, 1876, p. 1.

[25] *Carta ... José Ângelo de Moraes Rego*, citada; *O Iniciador*, Corumbá, 4, 29 jul. 1880, p. 1.

[26] *Cartas de Eduardo Callado, da Legação Imperial do Brasil em Assunção*, 17 nov. 1876 e 5 jan. 1877.

O comércio regular, que se havia estabelecido antes da chegada das tropas, expandiu-se significativamente com o estabelecimento dos quartéis em Corumbá e na vizinha Ladário. Mas a recessão econômica no Brasil, no final dos anos 1870, somada ao já decrescente interesse do Rio por Mato Grosso, contribuiu para a ocorrência de cortes orçamentários na província. Entre o final de 1876 e meados de 1878, os militares diminuíram o ritmo da construção do estaleiro e enviaram o grosso das tropas para a capital da província, Cuiabá. Muitos trabalhadores foram dispensados e ficaram sem alternativa de trabalho, enquanto os soldados tiveram que deixar para trás suas mulheres (paraguaias, na maioria) e seus filhos porque os pequenos barcos capazes de seguir rio acima, rumo à capital, não dispunham de espaço para famílias. Com vistas a evitar sérios distúrbios sociais, passagens gratuitas foram novamente oferecidas, mas desta vez rio abaixo, com destino a Assunção. Sem trabalho, e sem dinheiro para viajarem a Cuiabá independentemente das tropas, parece que muitas das paraguaias que haviam ido a Corumbá com bilhetes grátis, fornecidos pelo governo brasileiro, foram forçadas a retornar para o Paraguai por meio de um programa similar. De acordo com um observador, a maioria dos desamparados paraguaios, em número de 100 a 200 por barco, deixou a cidade entre o começo de 1877 e o final de 1878. Por volta de janeiro de 1879 a população de Corumbá havia caído para 4.350 habitantes, havendo provavelmente outros 2.000 em Ladário [27].

A presença paraguaia nas cidades, contudo, não desapareceu, uma vez que Corumbá gradualmente cresceu e se tornou o principal porto de entrada de Mato Grosso. Todos os navios que seguiam rio acima, vindos de Buenos Aires, passavam por Assunção, onde a carga tinha que ser transferida para embarcações menores. Os paraguaios estiveram envolvidos nesse comércio ao longo das décadas seguintes, empregados nas firmas paraguaias de navegação na rota Buenos Aires/Montevidéu–Corumbá e constituindo, ademais, a maioria dos marinheiros que serviam em embarcações de todas as nacionalidades. Além disso, viajantes notaram a predominância de paraguaios entre a população local e a freqüência com que o espanhol e o guarani eram falados nas ruas. Antes da construção de um sistema de canalização de água em Corumbá, o que só ocorreu na década de 1920, os carroceiros paraguaios monopolizavam o serviço de entrega de água em domicílio. O guarani também era ouvido fora de Corumbá, uma vez que muitos para-

[27] Fonseca, 1986, p. 317; *A Opinião*, Corumbá, 1, 17 nov. 1878, p. 1-2; *Relatório de J. J. Ramos Ferreira, Juiz de Direito de Corumbá*, Corumbá, 26 jan. 1879.

guaios estavam estabelecidos ao longo do rio Paraguai, empregados nos saladeiros (fábricas de carne bovina salgada) ou em rudimentares atividades de pesca e de extração de madeira. A introdução, nessa região, da árvore da manga é atribuída a esses posseiros. Sua presença só diminuiu com o declínio de Corumbá como cidade portuária, nos anos 1930[28].

O comércio entre Corumbá e o Paraguai, nos anos após a guerra, foi importante. Excetuando-se a cal, utilizada na reconstrução de Assunção, as exportações de Corumbá para o Paraguai consistiam em produtos derivados da pecuária, especialmente carne seca. Esse comércio continuou até meados da década de 1880, quando declinou, enquanto, ao mesmo tempo, crescia a exportação de produtos pecuários para Montevidéu e Europa. As importações seguiram diferentes tendências, uma vez que, até o final do século XIX, predominavam em Corumbá a erva-mate, os cavalos e as mulas procedentes do Paraguai. O gradual crescimento das importações de erva-mate indicava um aumento do consumo e sugeria uma significativa presença paraguaia na região. Nos anos subseqüentes, entretanto, a erva produzida no próprio Mato Grosso substituiu essas importações[29].

Nos primeiros anos, esse comércio foi regular e relativamente substancial, especialmente no que diz respeito à manutenção da comunidade paraguaia ao redor de Corumbá e ao suprimento das necessidades de gêneros alimentícios (carne bovina) no Paraguai. À medida que os efeitos da guerra se foram, aos poucos, dissipando, e o Paraguai começou a produzir para si próprio, Corumbá passou a ser menos importante como abastecedora do mercado paraguaio. Não obstante, as duas economias permaneceram interdependentes, uma vez que o Paraguai, e especialmente a cidade de Assunção, funcionava como ponto de transbordo dos gêneros europeus destinados a Mato Grosso e também como fonte de mão-de-obra, destinada particularmente às crescentes indústrias de processamento de carne instaladas às margens do rio Paraguai, ao norte de Corumbá.

O gado bovino foi o sustentáculo da economia de Mato Grosso durante todo esse período. Embora a erva-mate e posteriormente a borracha deram, individualmente, maior contribuição em impostos para os cofres do governo durante seus respectivos auges, elas eram atividades limitadas a

[28] Lenine C. Póvoas, 1982, p. 17; Annibal Amorim, 1913[?], p. 446, 456; Antonio Carlos Simões da Silva, 1927, p. 27; MATO GROSSO. *Informações gerais do município de Corumbá*, 1932, p. 11; Antonio de Pádua Bertelli, 1984, p. 103, 234.

[29] Francisco Antônio Pimenta Bueno, 1880, p. 90; MATO GROSSO. Coletoria de Corumbá. Impostos de exportação e consumo, 1879-1880; BRASIL. Tesouraria da Fazenda Nacional em Mato Grosso. Alfândega de Corumbá, Capatazia. *Guias de importação*, 1879-1885.

nichos ecológicos específicos e não mantiveram sua significação ao longo de todo o período, como foi o caso do gado e seus derivados. Embora as cifras mais antigas sejam simples estimativas, registraram-se em todo o Mato Grosso, em 1887, cerca de 800.000 cabeças, enquanto o censo oficial do rebanho, em 1912-1913, contou 2,5 milhões, número esse que subiu para 3,5 milhões por volta de 1935[30].

O comércio corumbaense de couro e carne seca floresceu a partir de meados da década de 1870, com a exploração do estoque de gado semi-bravio que perambulava pela vizinha planície inundável chamada Pantanal. Uma indústria de carne salgada foi implantada em 1874 às margens do rio Paraguai, 3 dias rio acima de Corumbá. Mais tarde ela se expandiu e transformou-se em uma fábrica de caldo de carne, utilizando o rebanho de sua própria fazenda, que ficava contígua, rebanho esse que, segundo relatos, tinha de 100.000 a 200.000 cabeças. O mercado para os couros e o caldo era a Europa e os técnicos vinham do Uruguai, enquanto os operários da fábrica e os vaqueiros eram paraguaios ou naturais da província argentina de Corrientes[31].

Em 1895, investidores belgas compraram a fábrica e expandiram a produção. Numa febril atividade, o número de trabalhadores aumentou de 300 para 1.000, por volta de 1900. Mais da metade era de paraguaios, considerados tão importantes que, em 1899, o próprio administrador belga foi nomeado cônsul do Paraguai, para facilitar a contratação e o controle dos trabalhadores paraguaios, uma vez que ele passava pouco tempo em Cuiabá ou Corumbá. Nos anos seguintes, visitantes da fábrica e sua fazenda, incluindo o ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, em 1914, relataram que os paraguaios formavam a maioria dos operários da fábrica, dos guardas e dos trabalhadores da fazenda[32].

Corumbá e o alto Rio Paraguai não eram as únicas áreas de Mato Grosso onde os paraguaios tinham influência. Toda a região fronteiriça, chegando até mesmo a Campo Grande, a cerca de 250 km da linha divisória, sentiu o impacto da imigração dos vizinhos do sul. Como em Corumbá, muitos paraguaios eram trabalhadores braçais, nas fazendas e nos ervais

[30] *Relatório ... José Joaquim Ramos Ferreira ... setembro de 1887*; BRASIL. *Synopse do censo pecuário da república em 1912-1913*, p. 36; BRASIL/MATO GROSSO. *Sinopse estatística do Estado,* n. 1, ano 2, 1936, p. 35.

[31] A. Leverger (Barão de Melgaço), 1884, p. 481; O'Reilly Sternberg, 1983, p. 49, 54, notas 14 e 15.

[32] Sternberg, 1983, p. 49; Rodolfo Endlich, 1903, p. 278: Eddy Stols, 1987, p. 96- 97; Theodore Roosevelt, 1948, p. 117.

de Mato Grosso e do estado do Paraná. Mas outras ocupações também acenavam para eles, especialmente atividades menos honradas tais como o contrabando, o banditismo e serviços mercenários. Na verdade, a fronteira foi caracterizada pela ausência de lei até a década de 1930, quando a consolidação de um sistema político centralizado levou a uma maior atenção governamental com relação às regiões interiores do Brasil.

Ao longo da fronteira, os paraguaios estiveram fortemente envolvidos na extração da erva-mate. A exploração das árvores nativas, cujas folhas eram transformadas em um estimulante chá amargo, começou já na primeira década após a Guerra do Paraguai. Uma companhia estabelecida nos anos 1870, chamada Mate Laranjeira, obteve em 1882 a concessão exclusiva para explorar inicialmente uma área de 1,4 milhões de hectares de florestas, campos e cursos d'água. A companhia seguia um regime de produção intensivo em trabalho, exportando para os crescentes centros urbanos da Argentina, principalmente Buenos Aires. Os paraguaios eram a principal força de trabalho, sendo recrutados, da maneira acima descrita, entre os desempregados das pequenas povoações do Paraguai central. Como já foi notado, as cifras oficiais da população da companhia indicavam, na virada do século, aproximadamente 3.000 trabalhadores, sem incluir as famílias e os que trabalhavam sem contrato, tais como carreteiros, agricultores, criadores de gado e vendedores ambulantes. Esse número subiu para 4.200 por volta de 1923, sendo que em 1926 foi relatado que havia 3.000 paraguaios trabalhando somente em Campanário, a cidade da companhia, localizada no meio dos ervais nativos remanescentes. Um jornalista paraguaio, que cruzou parte dessa região em 1919, relatou que 90% dos trabalhadores eram paraguaios e somente 2% eram brasileiros (v. Tabela 2)[33].

Muitos paraguaios traziam consigo a experiência nos métodos de coleta, tratamento e preparo da erva, e a maioria das palavras empregadas no processo eram de origem guarani. Os capatazes e gerentes vinham, na maior parte, do Paraguai, onde haviam sido treinados nos procedimentos da produção, e eram atraídos para Mato Grosso por salários mais altos e uma liberdade operacional não-concedida no país vizinho[34].

[33] Virgílio Corrêa Filho, 1925, p. 15, nota 8; *Relatório de Manuel Francisco Lopes, coletor estadual de impostos...*, Corumbá, 20 out. 1923; Affonso Várzea, 1933, p. 141; *Los yerbales de Matto Grosso y los obreros de esas regiones...*, 1919, p. 1. Em uma visita a Campanário, em 1942, a americana Alice Hager recebeu a informação de que havia na região 6.000 trabalhadores, dos quais os paraguaios constituíam bem mais da metade (Hager, 1942, p. 13).

[34] Virgílio Corrêa Filho, 1957, p. 30-35; Gilmar Arruda, 1989, p. 125-128.

As fazendas de gado também ofereciam emprego a paraguaios. Desde o imediato pós-guerra, paraguaios participaram da restauração de rebanhos tanto no Paraguai quanto em Mato Grosso. Os depauperados rebanhos paraguaios foram, em sua maior parte, recompostos com gado proveniente de Corrientes, na Argentina, e de Mato Grosso. Um vigoroso comércio de animais vivos, freqüentemente sob a forma de contrabando, desenvolveu-se, então, entre Mato Grosso e o Paraguai, atraindo paraguaios para a região vizinha no desempenho de uma variedade de papéis: vaqueiros, carreteiros, faz-tudo, contrabandistas, ladrões de gado e mercenários[35].

Já em 1872, paraguaios foram contratados para trabalhar em umas poucas fazendas de gado recuperadas na região do Pantanal. Esse foi outro exemplo de esforços oficiais para estimular a imigração, uma vez que aos contratantes eram oferecidos 50 mil-réis (aproximadamente 25 dólares americanos, à taxa de câmbio da época) por imigrante. Entretanto, as contratações das fazendas eram, na maioria, mais espontâneas, sendo feitas na própria fazenda ou em pequenas cidades próximas. Embora geralmente fossem bons cavaleiros e raramente se apartassem de suas montarias, os paraguaios eram contratados menos como vaqueiros e mais como trabalhadores braçais, sendo empregados na construção de casas, currais e celeiros, na construção e reparo de cercas e no zelo das carretas e seus respectivos bois. Tais trabalhos eram muitas vezes temporários ou sazonais, o que forçava os imigrantes a buscarem empregos alternativos em outras ocupações, como o corte de madeira nas matas e trabalhos ocasionais nas cidades. Segundo todos os relatos, os paraguaios eram considerados trabalhadores dedicados, embora propensos ao jogo e à bebida. Isso fez com que se estabelecesse, em muitas fazendas, a lei seca, o que freqüentemente levava a bebedeiras e farras de fim de mês ou fim de estação, nas cidades e vilarejos vizinhos. A vantagem da temperança, para os fazendeiros, é evidente, uma vez que ela garantia uma força de trabalho confiável e submissa e ao mesmo tempo salvaguardava a paz da fazenda. Mas a expansão da pecuária e do transporte de gado em Mato Grosso, depois de 1914, atraiu também, sobretudo para Campo Grande, um número significativo de jovens paraguaias, muitas das quais eram prostitutas. A essas mulheres atribui-se a introdução das expressivas músicas e danças paraguaias, apreciadas até os dias de hoje[36].

[35] *Evolución de la ganadería paraguaya*, 1967, p. 39-40; Irene Arad, 1973, p. 192-195.

[36] *A Situação*, Cuiabá, 5, 15 ago. 1872, p. 2-3; Adriano Metello, 1937, p. 8; Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, 1909, p. 145; Franz Van Dionant, 1907, p. 161-163; José de Melo e Silva, 1939, p. 160-161; Carlos Vandoni de Barros, 1934, p. 30-31; Paulo Coelho Machado, 1981/82, p. 62 (meus agradecimentos ao autor por generosamente me haver permitido ter acesso a esta fonte).

Alguns fazendeiros também privilegiavam certos trabalhadores, autorizando-os a levar uma vida semi-independente, como agregados. Esses eram freqüentemente paraguaios, a quem se atribuía a responsabilidade por um *retiro*, situado longe da sede da fazenda e utilizado para monitorar áreas distantes e cuidar do gado existente por ali. Os agregados criavam animais e cuidavam de suas áreas, recebendo em troca um percentual dos novos bezerros nascidos. Em alguns casos, principalmente nos anos politicamente turbulentos do final do século XIX e começo do XX, esses agregados, bem como seus filhos adultos, eram utilizados como pistoleiros nos "exércitos" dos *coronéis* locais. Embora os fazendeiros, às vezes, expandissem suas atividades e despejassem os agregados, eles também davam ou vendiam retiros para agregados particularmente leais ou os ajudavam a comprar terras em outras áreas. Em tais circunstâncias, certo número de homens paraguaios permaneceu na área, tornando-se eles mesmos pequenos fazendeiros, trazendo suas famílias da terra natal ou casando-se com mulheres locais[37].

O estabelecimento de pequenos fazendeiros em Mato Grosso levanta a questão da oportunidade para a pequena propriedade. Afinal de contas, os paraguaios, em sua maioria, tinham experiência rural e haviam sido forçados a emigrar devido à ausência de oportunidades viáveis para a prática da agricultura em seu país natal. No sul de Mato Grosso, eles encontraram condições geográficas e climáticas similares às do Paraguai. Entretanto, exceto por algumas tentativas iniciais, por parte do governo de Mato Grosso, no sentido de encorajar a imigração de agricultores para colônias militares, os paraguaios (tanto quanto os brasileiros) eram ignorados como potenciais agricultores. Em parte, isso decorria da inércia governamental e da corrupção. Na verdade, essas colônias constituíram respostas de curto prazo à necessidade de resguardar a fronteira; receberam pequeno investimento e foram objeto, no Rio de Janeiro, de um interesse rapidamente decrescente. Porém, especialmente nos anos subseqüentes, o descaso para com os locais foi também um produto do preconceito racial contra os paraguaios e os brasileiros não-brancos. Enquanto inúmeros relatórios do governo do estado lamentavam a falta de uma população agrícola, considerada a chave para a

[37] Renato Alves Ribeiro, 1984, p. 33-36; J. Lucídio N. Rondon, 1972, p. 87-90. O título de *coronel* derivava das patentes militares honorárias na Guarda Nacional, patentes essas concedidas pelos governos imperiais do século XIX a proprietários de terras aliados. Os títulos se consolidaram, de modo que todos os potentados regionais automaticamente recebiam, por parte dos habitantes locais, as denominações relativas àquelas patentes. Atualmente se usa, com o mesmo sentido de respeito, a expressão *doutor*, embora muitos dos grandes proprietários não possuam títulos universitários.

modernização da nação, e a imigração européia era solicitada por Cuiabá nas grandes cidades brasileiras e no exterior (embora com pouco sucesso até os anos de 1920 e 1930), pouco esforço era feito para estimular o assentamento de famílias sem-terra que já residiam na região[38].

Mas foi por outras razões, mais fundamentais, que os paraguaios não se estabeleceram como agricultores, em grande número, em Mato Grosso. Em primeiro lugar, os paraguaios que emigraram para a região vieram, na grande maioria, como trabalhadores contratados, principalmente pela Mate Laranjeira. Esses jovens tinham pouco acesso à terra, uma vez que estavam amarrados à companhia por seus contratos de trabalho. Ademais, eles consideravam sua situação como temporária, e nela esperavam ganhar dinheiro suficiente para retornarem ao Paraguai e ali se estabelecerem. Em segundo lugar, aqueles paraguaios que vieram por sua própria iniciativa normalmente não dispunham de recursos suficientes para comprar terras em Mato Grosso, fossem quais fossem os preços. Havia também certa resistência local, principalmente nas áreas próximas à concessão ervateira, onde eles competiam com pequenos fazendeiros vindos do Rio Grande do Sul. Por fim, o predomínio da estrutura pecuária e da Mate Laranjeira tendia a proscrever a agricultura como uma opção viável de estabelecimento. Os mercados eram minúsculos ou muito distantes, havia pouca infra-estrutura local, o crédito era insignificante e ainda restavam oportunidades em regiões mais acessíveis do Brasil. Além disso, nas áreas mais desejáveis as terras já estavam nas mãos de fazendeiros ou de especuladores. Foi por essas razões que, até um bom tempo depois, poucos imigrantes europeus vieram parar em Mato Grosso. A agricultura era tão pouco desenvolvida que, durante anos, muitos gêneros alimentícios básicos foram regularmente importados de Buenos Aires e São Paulo[39].

Devido à localização, o comércio com o Paraguai ao longo da fronteira era essencial. Mato Grosso exportava erva-mate e gado em pé e importava artigos necessários para a atividade pecuária, tais como sal, arame para cercas, tecidos, gêneros alimentícios e, mais tarde, querosene e maquinaria, tudo isso despachado através da cidade portuária paraguaia de Concepción, no rio Paraguai. Os pontos de entrada e saída situavam-se nas

[38] *Album graphico do estado de Matto-Grosso*, p. 167-171; Virgílio Corrêa Filho, 1921, p. 63-81, passim. Deve-se enfatizar que esta preferência por trabalhadores europeus (e mais tarde japoneses), em detrimento dos locais, foi comum em todo o Brasil meridional e criou alguns sérios problemas no tocante à divisão do trabalho, durante e após esse período.

[39] *Rondon conta sua vida*, 1958, p. 182-183; *Mensagem ... Caetano Manoel Faria e Albuquerque ... 15 de maio de 1916*, p. 15-18.

cidades fronteiriças de Ponta Porã e Bela Vista ou suas proximidades. Dados aduaneiros do final do século XIX revelam um movimento regular de 2 a 5 mil cabeças de gado, anualmente, para o Paraguai. Nos anos de pico de 1919-1921, esses números cresceram para algo entre 13 e 16 mil por ano. Em retorno, os dados sobre a importação registram, além dos itens acima mencionados, um constante fluxo de cavalos destinados à região do Pantanal. Inicialmente, esse comércio foi facilitado por um liberal tratado de intercâmbio comercial entre o Brasil e o Paraguai, o qual isentava de impostos os gêneros que fossem de produção nacional dos dois países. Em 1897, entretanto, o governo paraguaio revogou o tratado sob a alegação de que ele beneficiava muito mais Mato Grosso que o Paraguai, especialmente pelo fato de permitir que a erva-mate e a madeira mato-grossenses cruzassem o território paraguaio, livres de taxas, para serem embarcados rio abaixo com destino a Buenos Aires, onde competiam com idênticos produtos procedentes do Paraguai. O resultado da revogação foi a intensificação do contrabando, que representou para as autoridades de Mato Grosso, ao longo dos anos, um constante aborrecimento[40].

Tratando-se de uma região remota e dotada de um policiamento cronicamente insuficiente, não é de surpreender que tenha sido significativo o comércio ilícito entre o Paraguai e Mato Grosso, nem que os paraguaios tenham desempenhado nele um papel destacado. Isso ocorre muito ainda hoje. Em seus extensos estudos sobre a Ásia, Owen Lattimore notou que o contrabando tende a forjar uma comunidade muito unida entre os habitantes de regiões fronteiriças. Excetuando-se alguns comerciantes locais, tal comunidade existiu em Mato Grosso. Os cidadãos de ambos os lados da fronteira ou estavam envolvidos na atividade ilícita ou tacitamente a aprovavam. Isso ocorria principalmente entre os maiores fazendeiros. Esse assunto era, todos os anos, objeto de lamentação nas mensagens dos presidentes de Mato Grosso e nos relatórios dos funcionários aduaneiros locais, que expressavam preocupação com a perda de impostos municipais e estaduais devido à exportação ilegal de erva, madeira e gado em pé. Os gêneros importados ilegalmente, com evasão de taxas, relacionavam-se

[40] Para dados detalhados sobre exportação e importação ao longo da fronteira, ver as séries de relatórios das Agências Fiscais e Coletorias de vários postos fronteiriços, encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), Cuiabá; *Mensagem ... Dom Francisco de Aquino Correa, 7 de setembro de 1919*, anexo, quadro 5; *Mensagem ... 13 de maio de 1924*, anexo; Emilio G. Barbosa, 1961, p. 40; BRASIL. Ministério de Estado das Relações Exteriores. *Relatório ... 1897-1898*, p. 202-205; GREAT BRITAIN. *Paraguay: report for the year 1897 on the trade of Paraguay*, 1898, p. 4-5.

grandemente à pecuária (como sal e arame), embora artigos europeus manufaturados e de luxo também entrassem como contrabando[41].

Praticamente todos os itens eram contrabandeados via Bela Vista ou Ponta Porã, e freqüentemente com a conivência das autoridades locais. Em 1894, a municipalidade de Miranda (situada a cerca de 200 km ao norte da fronteira do Paraguai) estimou que o contrabando prejudicava o comércio local num montante de 1:500$000 (300 dólares americanos), uma quantia significativa para os comerciantes da cidade. Na outra direção, afirmava-se que, entre janeiro e agosto de 1901, mais de 60.000 cabeças de gado haviam sido levadas de Mato Grosso para o Paraguai sem o pagamento de impostos. Um relatório de 1903 notou que o valor oficial das exportações para o Paraguai, em 1901, havia sido superior a 760:000$000 (175.000 dólares americanos), enquanto a estimativa da perda de renda, em razão do contrabando, ascendia ao dobro dessa cifra. A preocupação com tais estatísticas levou à redução das taxas de exportação sobre o gado e a erva, ao estabelecimento, em 1902, de uma unidade federal de polícia de fronteira destinada a perseguir contrabandistas e à criação, em 1904, de um posto aduaneiro federal autorizado a coletar impostos estaduais. Tais medidas se mostraram, ao fim e ao cabo, ineficazes, conforme é atestado até mesmo pelos relatórios presidenciais de uma época bem posterior (a década de 1920). Além disso, provocaram novos problemas, pois a justiça arbitrária, já bastante comum na região, intensificou-se, com constantes choques entre forças federais e versáteis contrabandistas/bandidos/revolucionários[42].

Como a maioria das regiões fronteiriças remotas, o sul de Mato Grosso foi atormentado por um banditismo endêmico ao longo de todo o período aqui considerado. Essa situação era exacerbada pelas contínuas revoluções e rebeliões, as quais opunham os chefes locais (*coronéis*) uns contra os outros, refletindo o caráter fratricida do clima político do estado. Caracterizado por observadores como uma "terra de ninguém", regida pela lei do "artigo 44, parágrafo 32" (em referência ao revólver Smith & Wesson calibre .44 e ao rifle Winchester calibre .32, duas armas populares na região), o estado sofreu três "revoluções" e muitas outras repressões de caráter polí-

[41] Owen Lattimore, 1962, p. 470.

[42] *Relatório ... Antonio Canale*, Miranda, 31 dez. 1894; *Mensagem ... Pedro Alves de Barros ... 3 de fevereiro de 1902*, p. 47; *Mensagem ... Antônio Paes de Barros ... 3 de março de 1904*, p. 15; *Mensagem ... Antônio Paes de Barros ... 4 de março de 1905*, p. 25. É difícil encontrar as fontes da maioria das estimativas do contrabando. Alguns observadores estimaram o contrabando de gado em 20 a 50% das cifras oficiais de exportação (*Album graphico*, p. 292). Ver subseqüentes relatórios presidenciais para constantes referências ao contrabando.

tico entre 1892 e 1917. Todos esses movimentos incluíram a participação de bandos armados organizados pelos chefes locais. Valmir Batista Corrêa distingue dois tipos de bandidos que operavam na região: aqueles empregados pelos *coronéis* e os independentes, e observa que, de modo geral, houve poucos independentes durante os anos em que as rivalidades entre os *coronéis* estavam em seu auge, isto é, o período 1889-1930. As disputas políticas que requeriam exércitos particulares serviam tanto como uma fonte de emprego quanto como estímulo ao banditismo, fosse este aprovado ou não pelos coronéis. Um grande número de mercenários vinha do Paraguai, que servia também como esconderijo natural e base para ataques no outro lado da fronteira, bem como para o roubo de gado. Essa situação continuou até a imposição de regras autoritárias e centralizadoras por parte do governo brasileiro, nos anos 1930[43].

Sob o comando de *coronéis* locais, inúmeros paraguaios participaram das "revoluções" de 1892 e 1900-01 e das rebeliões de 1907 e 1912. Um exemplo desse tipo de *coronel* foi Antônio Joaquim Malheiros, que em 1878 havia estabelecido em Mato Grosso, ao longo do rio Paraguai, uma fazenda que, segundo se dizia, estendia-se por mais de 720.000 hectares e na qual, em 1900, ele criava mais de 40.000 cabeças de gado. Essa área incluía uma grande parte da mal delimitada reserva indígena Kadiwéu, cujos habitantes viviam em constante conflito com Malheiros, uma vez que este aproveitava as rebeliões políticas para expandir seu controle sobre as terras. Ele também formou exércitos que incluíram até 300 paraguaios e que, em conluio com o comandante do estabelecimento militar paraguaio de Fuerte Olimpo, utilizaram esse forte como ponto de apoio e lugar de refúgio, quando perseguidos por tropas estaduais e federais brasileiras. Nem as autoridades paraguaias nem as brasileiras tinham muito controle sobre a situação nessa e em outras regiões remotas, de modo que, para os governantes de Mato Grosso, até o século XX, Malheiros foi, alternadamente, um aliado e uma fonte de problemas[44].

A cidade de Porto Murtinho, da Mate Laranjeira, também desempenhou um importante papel nos conflitos, uma vez que a companhia

[43] Valmir Batista Corrêa, 1982, p. 12-13, 27, 38; *Rondon conta*..., p. 205. Para uma maior discussão do coronelismo, particularmente no Nordeste, ver Victor Nunes Leal (1948) e Eul-Soo Pang (1979). Trabalhos sobre o banditismo, também centrados no Nordeste, incluem Maria Isaura Pereira de Queiroz (1979), Linda Lewin (1979) e Billy Jaynes Chandler (1978).

[44] *Carta de Sabino Celestino de Goés, juiz distrital de Miranda*..., Miranda, 7 maio 1900; Batista Corrêa, 1982, p. 34, 92, 103, 104 nota 49, 137, 181-182; *Cartas de Mariano Rostey, Director dos Índios Cadiuéos*..., Corumbá, 5 e 21 set. 1902, 27 jul. 1903; Antonio de Pádua Bertelli, 1987.

tendia a fazer vistas grossas para algumas atividades que envolviam seus empregados paraguaios. E quando a situação política exigia que a empresa demonstrasse lealdade ao governo brasileiro, como durante a revolta tenentista de 1924, ela não tinha nenhuma dificuldade em arranjar, dentre seus operários ervateiros, "voluntários" para servir em "batalhões patrióticos". Esses "voluntários" eram, em sua maioria, trabalhadores paraguaios, recrutados para defender, em um país que não era o seu, um governo pouco interessado neles. Além disso, queixas ocasionais, efetuadas pelos raros cônsules paraguaios diligentes, sugerem que, caso não tivessem documentos que atestassem nacionalidade ou vínculo empregatício (situação comum entre refugiados econômicos ilegais), os paraguaios seriam classificados como vagabundos e incorporados à força policial do estado – uma milícia local mal paga, corrupta e geralmente odiada. Assim, fosse como empregados da companhia ou como desempregados, esses jovens serviam como "bucha de canhão" para as acaloradas paixões políticas e mercenárias do "faroeste brasileiro"[45].

Existiram também na região, ao longo do período iniciado logo após a Guerra do Paraguai, várias quadrilhas de bandidos independentes. Na maioria, essas quadrilhas tinham curta duração e usavam o Paraguai como base de suprimento, refúgio e mercado para os produtos roubados. Elas se dedicavam com maior freqüência ao roubo de gado, que ali constituía, de longe, a atividade mais fácil e lucrativa, tendo-se em vista o número relativamente grande de animais e, em geral, a falta de cercas e de uma atenção mais cuidadosa. Os fazendeiros menores, desprovidos de influência política e de recursos para se autodefenderem, eram as vítimas mais freqüentes. Paraguaios invariavelmente tomavam parte nessas atividades, principalmente nas áreas de Ponta Porã, Bela Vista e Porto Murtinho. Um dos bandidos foi Franck Six Moritz, nascido em Corrientes, Argentina, filho de pai inglês e mãe paraguaia. Ele passou a maior parte de sua vida no Paraguai e serviu na polícia de Concepción antes de iniciar sua carreira de bandido nas fileiras de uma rebelião em Mato Grosso. Rejeitando o caráter político da revolta, ele logo começou a agir por conta própria, devastando a região de fronteira entre 1906 e 1912, até ser capturado e executado. Outra quadrilha paraguaia, ativa nas décadas de 1920 e 1930, foi a dos *Bochincheros* ("desordeiros"),

[45] Batista Corrêa, 1982, p. 137; *Carta de Charles Cooper, cônsul paraguaio em Corumbá...*, Corumbá, 24 dez. 1907. A expressão *faroeste brasileiro* não é uma criação recente. Ela foi usada, no mínimo, já nos anos 1920 para descrever as condições na cidade pioneira de Campo Grande.

um bando assassino composto por homens violentos e ladrões de gado que operaram sob o disfarce de refugiados políticos até serem reprimidos em meados dos anos 1930[46].

OUTRAS INFLUÊNCIAS PARAGUAIAS

Além de uma significativa contribuição aos conflitos políticos e ao desenvolvimento econômico de longo prazo de Mato Grosso, a presença paraguaia teve também outros aspectos. Os paraguaios influenciaram os costumes, a linguagem, os hábitos e as atitudes, e ainda hoje os vestígios dessa influência são claramente visíveis. E se não fosse pelas oportunidades oferecidas pela proximidade de uma fronteira aberta com o Paraguai, a integração social e cultural da região fronteiriça com o mundo teria sido, indubitavelmente, postergada.

Talvez uma das mais importantes influências que os paraguaios exerceram no sul de Mato Grosso tenha sido aquela que, mais que tudo, os manteve unidos: a língua guarani. Os viajantes notaram que, por toda essa região, a língua mais freqüentemente ouvida era o guarani-espanhol. Nelson Werneck Sodré, que visitou a região no final dos anos 1930, observou que em muitos lugares a falta de conhecimento dessa língua podia mesmo causar embaraçosas dificuldades para o forasteiro. Assim, certas palavras e expressões, tanto do guarani como do espanhol, lograram firmar-se, especialmente nos domínios da indústria ervateira e da pecuária. Por exemplo, palavras espanholas como *chalana* (pequena barca), *liviano* (leve) e *guarapa* (garapa, caldo de cana) entraram para o uso regular, assim como os termos guaranis *jeroki* (baile) e *mensú* (trabalhador dos ervais). Uma extensão desse fenômeno consistiu na absorção de elementos da cultura paraguaia, tais como a culinária, o gosto musical e as danças. A sesta, o churrasco, o chá de erva-mate, quente (chimarrão) ou frio (tereré), o biscoito paraguaio de milho (chipa), o jogo de cartas chamado *truco espanhol*, o uso da harpa paraguaia na música rural, bem como a popularidade da polca paraguaia e do "Santa Fé", são parte integrante da vida do atual Mato Grosso do Sul. A imigração de gaúchos vindos do Rio Grande do Sul, os quais compartilhavam com os paraguaios alguns dos mesmos costumes, atuou como um importante reforço à adoção dos referidos elementos culturais[47].

[46] Batista Corrêa, 1982, p. 179-180, 184-185.

[47] Nelson Werneck Sodré, 1941, p. 189; Póvoas, 1982, p. 22-23, 28-31; Paulo C. Machado, 1981/1982, p. 62; Arruda, 1989, p. 150.

O Paraguai, entretanto, foi mais que um simples exportador de cultura. Durante muito tempo ele foi, para uma sociedade que sofria de agudo isolamento, o único elo de ligação com o mundo exterior. Viajantes que passaram por Ponta Porã em 1912 notaram que não havia escolas na cidade e que as crianças eram educadas na vizinha cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero. Essa situação pouco havia mudado no começo da década de 1920, quando o município de Ponta Porã era o segundo mais populoso do estado. Havia também poucos negócios no lado brasileiro da avenida internacional, uma vez que, em sua maioria, os empresários tinham suas lojas e depósitos em Pedro Juan, embora residissem em Ponta Porã. Mesmo em uma época tão posterior como a década de 1930, os registros civis nessa área de fronteira ainda eram feitos, na maior parte, no Paraguai. O vizinho distrito de Bela Vista enfrentava os mesmos problemas. A correspondência entre Ponta Porã e Bela Vista viajava através do território paraguaio, e não havia serviço de telégrafo. Tampouco havia telégrafo de Porto Murtinho para o mundo exterior. Assim, quando, em 1910, o governo paraguaio começou a construir uma linha telegráfica para a fronteira, as autoridades brasileiras apressadamente destinaram recursos para conectar Porto Murtinho ao sistema paraguaio. O marechal Cândido Mariano Rondon (criador do primeiro serviço brasileiro de atenção aos indígenas) havia chefiado uma equipe que, entre 1900 e 1906, percorrera a região construindo linhas telegráficas, mas estas não chegaram a conectar áreas remotas. Para muitos distritos, isso significou depender do sistema paraguaio até os anos de 1930. A própria cidade de Campo Grande somente foi ligada ao serviço telegráfico nacional em 1922, tendo que depender, até então, do serviço oferecido pela estrada de ferro, o qual começou a operar em 1914[48].

REAÇÕES LOCAIS

Por parte dos brasileiros, dentro e fora de Mato Grosso, as reações aos imigrantes foram contraditórias, como seria de esperar, e as percepções locais variaram de acordo com a época. Os anos imediatamente seguintes à Guerra do Paraguai foram diferentes daqueles da geração subseqüente, en-

[48] *Mensagem... Joaquim da Costa Marque ... 13 de maio de 1913*, p. 2-23; Armando Arruda Pereira, 1927, p. 225-267; BRASIL. *Recenseamento... 1920*, v. 4, parte. 1, p. 408-409; Sodré, 1941, p. 89-192; BRASIL. Ministério dos Transportes. *Abre ... o crédito de 110:000$000 para as despezas de construção das linhas telegráficas entre Porto Murtinho e a fronteira do Paraguay e entre Goyaz e Boa Vista*; *Missão Rondon*, 1916, p. 14-15; BRASIL. *Estudo dos factores da producção...Campo Grande*, p. 39; *O município de Campo Grande em 1922*, 1923, p. 97-99.

quanto o nacionalismo oficial dos anos de 1930 gerou certos sentimentos anti-imigrantes que não atingiram apenas os paraguaios.

Em termos gerais, os paraguaios foram bem recebidos, uma vez que representavam uma força de trabalho necessária. Esse ponto de vista em relação aos imigrantes era o que predominava no pensamento local, mesmo em face das depredações causadas por mercenários e bandidos. Além disso, diferentemente das condições vigentes ao longo da fronteira entre os EUA e o México, havia pouca manifestação de intolerância racial, uma vez que, em Mato Grosso, os brasileiros compartilhavam com seus hóspedes uma herança mestiça semelhante.

Apesar da perspectiva de que, após a Guerra, os residentes em Mato Grosso pudessem nutrir alguma hostilidade em relação a seus antigos inimigos, depois da devastação da região pelas tropas paraguaias, parece ter havido muito pouco rancor dirigido aos paraguaios individualmente. Na verdade, mesmo antes do final da Guerra, funcionários do governo brasileiro encorajavam a imigração de paraguaios para Mato Grosso. Fazia-se uma distinção entre o povo paraguaio e o seu governo, e acreditava-se que os imigrantes seriam um elemento positivo para o desenvolvimento da região, particularmente como pequenos agricultores. Um relatório de 1869 sugeria, como um necessário primeiro passo, o assentamento de cerca de 500 casais nas redondezas de Cuiabá. Isso não parece haver ocorrido, embora em 1880 os paraguaios, na maioria mulheres, predominassem entre os residentes civis da nova colônia militar-agrícola de São Lourenço, no Pantanal. Essas mulheres parecem ter sido as esposas dos soldados-agricultores ali residentes[49].

Ao longo dos anos, os empregadores locais demonstraram um alto grau de satisfação com relação aos paraguaios enquanto trabalhadores: eles eram valorizados por sua natureza vigorosa e diligente, bem como por uma disposição supostamente jovial face às adversidades. Entretanto, cabe levar em consideração as alternativas para esses refugiados políticos e econômicos. Eles certamente não tinham, sobre suas vidas, o controle que gostariam de ter, conforme é mostrado, tão tristemente, pelos documentos. Em 1873, por exemplo, preocupações foram manifestadas com relação a um desertor brasileiro que estava conduzindo para a região de Corumbá um grupo de prisioneiros de guerra paraguaios para serem vendidos como escravos, provavelmente em remotas fazendas e estabelecimentos agrícolas que se encontravam em processo de reocupação. Não se tem notícia do

[49] Joaquim Ferreira Moutinho, 1869, p. 130; Pimenta Bueno, 1880, p. 9, 101.

destino desses desafortunados, mas incidentes como esse podem ter contribuído para a decisão, tomada pelo cônsul paraguaio em Corumbá, de requerer registro consular para todos os paraguaios contratados para trabalhar em áreas rurais. Por outro lado, essa regulamentação servia também de instrumento de controle dos trabalhadores que desejassem abandonar seus empregos antes do término dos contratos. Uma legislação similar esteve em vigor no Paraguai desde 1871[50].

De longe, o mais notório exemplo de exploração do trabalho paraguaio foi dado pela gigante da erva-mate, a Companhia Mate Laranjeira. Por mais de 50 anos essa companhia monopolizou a indústria da erva, controlando, no auge de seu poder, mais de 5,5 milhões de hectares na região sul de Mato Grosso. Sua interferência na política do estado tornou-se legendária. Ela participou de pelo menos duas revoluções e de inúmeros incidentes políticos. Em certa época a companhia era definida como "um Estado dentro de outro Estado", e na maioria dos anos ela obteve rendimentos que ultrapassavam o total do orçamento do estado. Existem consideráveis evidências circunstanciais das condições servis sob as quais se esfalfavam os trabalhadores empregados na colheita e no processamento das folhas de erva-mate. Ex-empregados e várias testemunhas relataram que eram comuns situações como a servidão por dívidas, condições de trabalho excessivamente rigorosas, a existência do armazém da companhia, poucos recursos médicos, torturas e, até mesmo, ocasionais execuções. Um escritor chegou a denunciar que, por volta de 1908, de trinta a quarenta mil paraguaios haviam perecido nos ervais de Mato Grosso e do Paraguai. Certamente, muitos observadores notaram que poucos desses trabalhadores retornaram a suas casas. Sejam ou não exageradas essas observações, a implicação é clara: as condições em que viviam esses jovens homens e mulheres eram tragicamente duras, e de maneira nenhuma representavam uma alternativa positiva à vida em seus povoados natais[51].

[50] *A Situação*, 6, 16 jan. 1873, p. 2; *O Iniciador*, Corumbá, 4, 9 jul. 1880, p. 4; Barrett, 1978, p. 121.

[51] Corrêa Filho, 1957, p. 60-76; Barrett, 1978, p. 132; Corrêa Filho, 1925, passim; Hernani Donato, 1948; Arruda, 1989, passim. A indústria da erva poderia ser considerada, em certo sentido, uma economia de enclave. Ela era auto-suficiente em praticamente todos os aspectos da produção e exportação e pagava somente mínimas taxas de exportação e de arrendamento das terras. Ao mesmo tempo ela controlava, com pouca interferência do governo de Mato Grosso, o território no qual operava. Em determinado momento ela chegou mesmo a ter sua própria força policial, independente da força estadual. Para uma breve discussão sobre economias de enclave na América Latina, ver: Fernando H. Cardoso & Enzo Faletto, 1973, p. 48-53.

Muitas das vozes que condenavam as condições nos ervais partiam de brasileiros que viviam no sul de Mato Grosso ou o visitavam. Os brasileiros, em sua maior parte, simpatizavam com os trabalhadores contratados e imigrantes. Na verdade, até a década de 1930, poucos faziam objeções aos paraguaios. Somente com a ascensão do nacionalismo oficial, durante o regime de Vargas (1930-1945), eles passaram a ser criticados enquantogrupo.

O mais veemente dos propagandistas anti-paraguaios foi, de longe, José de Melo e Silva, um jornalista que viajou pelo sul de Mato Grosso, com aprovação oficial, durante os anos 1930. Refletindo a visão do governo Vargas em relação ao oeste brasileiro, Melo e Silva previa um brilhante futuro econômico para a região da fronteira de Mato Grosso, mas acreditava que essa área tinha que ser "assegurada" para o Brasil, o que significava encetar políticas que deveriam abrasileirar a região e o povo que nela vivia. Os numerosos paraguaios, com sua língua e costumes distintos, eram o principal alvo das críticas do autor. Melo e Silva se referia aos imigrantes, com menosprezo, como "mestiços" "guaranizados", e acreditava que sua contribuição para a cultura local se resumia à indolência e a uma perniciosidade moral. O guarani, ou uma mistura de espanhol, português e guarani, era a língua comum, e nem os pais nem o Estado faziam muitos esforços para que as crianças estudassem em escolas brasileiras. A religião praticada pelos imigrantes, um suave sincretismo, era completamente estranha às rígidas crenças católicas de Melo e Silva. As pessoas freqüentemente pareciam estar celebrando algum evento religioso, fosse o dia de um santo ou algo assim. Na opinião do autor, os paraguaios encontrariam qualquer desculpa para uma festa, pois os homens adoravam beber, tocar músicas e jogar, enquanto as mulheres adoravam dançar e flertar[52].

Melo e Silva observou que embora o trabalhador paraguaio fosse, inicialmente, muito diligente, essa qualidade logo se dissipava, na medida em que ele buscava tempo para seus excessos hedonistas. Isso levava, supostamente, a um aumento no custo da mão-de-obra, uma vez que os paraguaios demorariam mais que outros grupos para realizarem uma tarefa. Eles comiam consideráveis quantidades de carne bovina e sempre desperdiçavam tempo para beber copiosas quantidades de chá de erva-mate. Eles não caçavam animais selvagens para sua alimentação, porque, segundo diziam, temiam incorporar algumas das características do animal ou sofrer a vingança de seu espírito. Além disso, os paraguaios praticamente nunca anda-

[52] Melo e Silva, 1939, p. 281-293.

vam a pé; estavam sempre montados em seus cavalos. O cavalo era também uma diversão, sendo usado em corridas, o que obrigatoriamente levava a apostas, bebidas e, não raramente, a brigas. Curiosamente, apesar de reconhecer a "coragem e patriotismo" dos numerosos brasileiros oriundos do estado do Rio Grande do Sul (gaúchos), Melo e Silva não acreditava que eles fossem, para o sul de Mato Grosso, uma alternativa melhor que os paraguaios. Ele considerava os costumes e hábitos dos gaúchos demasiado similares aos dos paraguaios, vendo-os como ávidos consumidores de carne bovina, bebedores de chá de erva-mate, propensos mais à pecuária que à agricultura, amantes do jogo e das brigas etc. Na visão de Melo e Silva, a população ideal seria aquela enraizada na terra, devota e inclinada à parcimônia e à sobriedade. Para a tarefa de tornar brasileira essa região e, por seu exemplo, "abrasileirar" os descendentes de paraguaios e gaúchos, os imigrantes preferidos pelo autor seriam aqueles vindos dos estados de São Paulo e Minas Gerais, do nordeste do Brasil e, contraditoriamente, da Europa e do Japão[53].

Por mais ofensiva que possa ser hoje em dia, essa análise, altamente etnocêntrica, não era incomum naquele tempo. Embora poucos observadores pareçam haver expressado, acerca dos paraguaios, uma opinião tão forte como a de Melo e Silva, este realmente refletia uma percepção, disseminada pelos centros urbanos do Brasil, de que todas as áreas de fronteira deveriam ser completamente integradas à nação brasileira, tal como esta era então percebida. Nessas circunstâncias, a forte influência paraguaia, existente ainda em meados da década de 1930, somente poderia ser vista pelos nacionalistas como uma ameaça, e tais preocupações logo se manifestaram nas leis de imigração editadas pelo regime de Vargas.

Embora não direcionados especificamente aos paraguaios, os estritos controles impostos pelas leis de imigração de 1938 efetivamente limitaram o número de paraguaios que poderiam entrar no país. As leis estabeleceram cotas por nacionalidades e previram penalidades às companhias brasileiras que não fossem rigorosas no registro de empregados estrangeiros. As forças e controles fronteiriços foram ampliados e muitos estrangeiros ilegais foram deportados. Coincidentemente, isso ocorreu em uma época de declínio da imigração paraguaia para o Brasil. A Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, atraiu de volta para a terra natal um grande contingente de paraguaios que trabalhavam em Mato Grosso, para lutarem por seu país. A

[53] Melo e Silva, 1947, p. 67-71, 134-135.

maioria não retornou. Ademais, com o fim da guerra, os esforços de reconstrução melhoraram as condições econômicas no Paraguai. Além disso, esse foi um período em que um número significativo de brasileiros começou a se dirigir para o oeste, em parte devido à propaganda oficial, mas também porque havia, em Mato Grosso, reais oportunidades econômicas para agricultores migrantes. Desde o final dos anos 1920, o melhoramento do transporte ferroviário, o aumento das exportações de carne bovina para São Paulo, bem como a extensão da zona cafeeira de São Paulo até a divisa com o Mato Grosso, abriram acesso a este estado. Estradas de rodagem, trafegáveis na estação seca, foram construídas em toda parte, conectando-se à ferrovia em Campo Grande, Aquidauana e Miranda. O governo Vargas também estimulou o estabelecimento de pequenos produtores com a criação, em 1943, da Colônia Agrícola de Dourados, que concedeu terras gratuitas a colonos selecionados. A influência paraguaia no sul de Mato Grosso declinou. O isolamento que havia marcado a região por tantos anos começou a desaparecer, abrindo caminho para um novo conjunto de aspirações e problemas, os quais envolveriam o Paraguai e os paraguaios muito menos que no passado. Durante os caóticos anos de 1947-54 em seu país, os paraguaios, na maioria refugiados políticos, retomaram o processo de imigração, mas seu impacto sobre Mato Grosso nunca se aproximou do nível do período anterior a 1935. Os sonhos de patriotas como Melo e Silva efetivamente se realizaram, ainda que por razões que eles não podiam prever completamente[54].

CONCLUSÃO

O caso de Mato Grosso, entre 1870 e 1935, representa um processo que ocorreu em muitas áreas rurais da América Latina durante esse período. Abusos de trabalhadores, contratação de trabalhos forçados, banditismo e contrabando generalizados (tudo isso ligado a um limitado acesso à terra), constituem fenômenos que, em graus variados, foram registrados em praticamente todas as economias rurais. Na região considerada, a presença de uma fronteira política aberta e volátil, bem como de um grande número de imigrantes paraguaios, acrescentaram à cena elementos adicionais de geopolítica e migração internacional.

[54] Melo e Silva, 1939, p. 237; Genaro Romero, 1934, p. 3; Edgard Carone, 1976, p. 160-164; Foweraker, 1981, p. 41, 46.

Nesse contexto, a avaliação da zona fronteiriça entre o Paraguai e Mato Grosso, mediante a aplicação do conceito de Mañach sobre fronteiras "equilibradas" e "desequilibradas", revela uma região que experimentou menos controle do poder dominante do que se poderia esperar. Parece claro que essa fronteira política não foi "desequilibrada" em favor do Brasil, tendo sido na verdade dependente, em certa medida, do vizinho mais fraco. Talvez, em certo sentido, a fronteira tenha sido perfeitamente "equilibrada", uma vez que nenhum poder central obteve absoluto controle sobre a área até os anos 1930. Na verdade, de muitas maneiras os próprios moradores, incluindo os imigrantes e trabalhadores temporários paraguaios, determinaram, consciente ou inconscientemente, o desenvolvimento da região.

Freqüentemente essa área apresentava, de fato, características de "vício e aventura", interpretadas sem muito rigor. Havia instabilidade, bem como uma falta de solidariedade com os governos situados no Rio de Janeiro e em Cuiabá. Havia também "humilhação", caso se dê a essa palavra o significado de falta de oportunidades para o assentamento permanente de imigrantes paraguaios. E a obsessão, por parte do governo central do Brasil, em "reclamar" o oeste para a nação brasileira, poderia indicar a percepção de que a vitalidade nacional se encontrava exaurida nessa região? Melo e Silva, certamente, pensava assim.

Em relação às condições atuais na região, fica claro que os paraguaios não constituíram uma "frente pioneira" que teria transbordado Mato Grosso adentro, cruzando a fronteira. Apesar de seu número e sua forte cultura, eles encontraram poucas oportunidades para fincar raízes firmes no país anfitrião. O tipo de trabalho para o qual os paraguaios eram contratados em Mato Grosso não os estimulava à fixação. Impossibilitados de prosperarem como agricultores em seu país natal, também em Mato Grosso apenas alguns poucos se tornaram agricultores ou fazendeiros. Contudo, eles efetivamente representaram uma significativa força a contribuir para o desenvolvimento do estado, atuando quase como uma população provisória até o início de uma ocupação mais intensiva por parte dos brasileiros, na década de 1940. Não constitui exagero concluir que Mato Grosso teria experimentado um destino bem diferente caso não tivesse podido contar com o pronto fornecimento, por parte de seu vizinho, de mão-de-obra, comércio e outros serviços e instalações. Goste-se ou não, a região provavelmente teria levado mais tempo para se integrar ao sistema nacional e internacional. A extensa presença de paraguaios no sul de Mato Grosso revela como, em condições favoráveis, nações subordinadas podem influ-

enciar o desenvolvimento de partes isoladas de seus vizinhos mais poderosos. O fato de que a influência paraguaia não tenha sido duradoura, e hoje esteja completamente revertida, sublinha, enfim, o caráter freqüentemente volátil das regiões fronteiriças, onde o desenvolvimento é, com freqüência, um conjunto de respostas a determinações políticas e econômicas predominantes fora da região, sobretudo nas metrópoles nacionais.

FONTES CITADAS

JORNAIS

A Opinião, Corumbá, 1, 17 nov. 1878, p. 1-2.

A Situação, 6, 16 jan. 1873, p. 2.

A Situação, Cuiabá, 5, 15 ago. 1872, p. 2-3.

DESPOBLACIÓN rápida. *La Reforma*, Asunción, 2, 26 fev. 1876, p. 1.

LOS YERBALES de Matto Grosso y los obreros de esas regiones (impresiones de viaje). *Patria*, Asunción, 2, 6 fev. 1919, 1.

O Iniciador, Corumbá, 4, 9 jul. 1880, p. 4.

O Iniciador, Corumbá, 4, 29 jul. 1880, p. 1.

UNA EMIGRACIÓN inconveniente. *La Reforma*, Asunción, 2, 24 fev. 1876, p. 1.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Directoria do Serviço de Estatística. *Synopse do censo pecuário da república em 1912-1913*. Rio de Janeiro: Typ. Official, 1914.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento realizado em setembro de 1920*. v. 4, parte 1 (População – Estado de Mato Grosso). Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.

BRASIL. *Estudo dos factores da producção .. Campo Grande*.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940), Série Regional, Parte XXII - Mato Grosso, censo demográfico, censos econômicos*. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil*: Grande Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro, 1960.

BRASIL. Ministério de Estado das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil, 1897-1898*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de 110:000$000 para as despezas de construção das linhas telegráficas entre

Porto Murtinho e a fronteira do Paraguay e entre Goyaz e Boa Vista. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) – IT, maço 146, n. 8309.

BRASIL. Tesouraria da Fazenda Nacional em Mato Grosso. Alfândega de Corumbá, Capatazia. *Guias de importação, 1879-1885*. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá – rolos 06-09.

BRASIL/MATO GROSSO. Instituto Nacional de Estatística / Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. *Sinopse estatística do Estado,* n. 1, ano 2, 1936. Cuiabá: Secretaria da Agricultura, 1937.

CARTA de Charles Cooper, cônsul paraguaio em Corumbá, ao presidente de Mato Grosso, Corumbá, 24 dez. 1907. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá) – *Documentos avulsos*, lata 1908-C.

CARTA de Eduardo Callado à Legação Imperial do Brasil em Assunção, Asunción, 17 nov. 1876. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá), *Documentos avulsos*, lata 1876-D.

CARTA de Eduardo Callado à Legação Imperial do Brasil em Assunção, Asunción, 5 jan. 1877. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá), *Documentos avulsos*, lata 1876-D.

CARTA de João Lopez Carneiro da Fontoura ao presidente de Mato Grosso. Agência de Colonização em Corumbá, Corumbá, 17 fev. 1876. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá), *Documentos avulsos*, lata 1876-D.

CARTA de José Pinto Guimarães, cônsul geral do Brasil em Assunção, Assunção, 23 maio 1931. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá) –*Documentos avulsos*, lata 1931-L4.

CARTA de Sabino Celestino de Goés, juiz distrital de Miranda, ao vice-presidente de Mato Grosso, Miranda, 7 maio 1900. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá) –*Documentos avulsos*, lata 1900-C.

CARTA do Coronel José Ângelo de Moraes Rego, comandante do Quartel de Comando Geral da Fronteira do Baixo Paraguay em Corumbá, Corumbá, 30 ago. 1876. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá), *Documentos avulsos*, lata 1876-D.

CARTAS de Mariano Rostey, diretor dos índios Cadiuéos, ao Presidente de Mato Grosso, Corumbá, 5 e 21 set. 1902, 27 jul. 1903. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá) –*Documentos avulsos*, latas 1902-D e 1903-A.

GREAT BRITAIN. Diplomatic and Consular Reports – annual series no. 2121. *Paraguay: report for the year 1897 on the trade of Paraguay*. London: Harrison and Sons, 1898.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro, 1986. v. 1 (Quadros retrospectivos – separata do Anuário Estatístico do Brasil, ano 5, 1939/1940).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro, 1987. v. 3 (Séries econômicas, demográficas e sociais, 1550 a 1985).

MATO GROSSO. *Informações gerais do município de Corumbá*. Corumbá: [s.n.], 1932.

MATO GROSSO. Coletoria de Corumbá. Impostos de exportação e consumo, 1879-1880. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá), *Coletoria Corumbá*, caixa 1878 a 1880, 63a-73a.

MENSAGEM dirigida pelo Dr. Caetano Manoel Faria e Albuquerque, presidente de Mato Grosso, à Assembléia legislativa, 15 de maio de 1916. Cuiabá: Typ. Official, 1916.

MENSAGEM do Dr. Joaquim A. da Costa Marques, Presidente do Estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa, 13 de maio de 1913. Cuiabá: Typ Official, 1913. NDIHR – MIC 06/089 a 099, 1913-21.

MENSAGEM do Presidente do estado de Mato Grosso, 13 de maio de 1924. Cuiabá: Typ. Official, 1925.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso, Cel. Antônio Paes de Barros, à Assembléia Legislativa, 3 mar. 1904. Cuiabá: Typ. Official, 1904. NDIHR – MIC 05/068 a 088, 1892-1912.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso, Cel. Antônio Paes de Barros, à Assembléia Legislativa, 4 mar. 1905. Cuiabá: Typ. Official, 1905. NDIHR – MIC 05/068 a 088, 1892-1912.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Mato Grosso, Coronel Pedro Alves de Barros, à Assembléia Legislativa, 3 fev. 1902. Cuiabá: Typ. Official, 1902. NDIHR – MIC 05/068 a 088, 1892-1912.

MENSAGEM do Presidente do estado de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Correa, 7 de setembro de 1919. Cuiabá: Typ. Official, 1920.

MISSÃO RONDON. *Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Commissão de Linhas Telegráphicas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

O MUNICÍPIO de Campo Grande em 1922: publicação da Intendência Municipal. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1923.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Geral dos Srs. Accionistas da Companhia Mate Larangeira, 1898, pelo Presidente Dr. Francisco Murtinho. Rio de Janeiro: 1898. (Folleto n. 612, Biblioteca Nacional de Asunción).

RELATÓRIO de J. J. Ramos Ferreira [Juiz de Direito de Corumbá], Corumbá, 26 jan. 1879. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá), Documentos avulsos, lata 1879-B.

RELATÓRIO de Manuel Francisco Lopes, coletor estadual de impostos, ao governo de Mato Grosso, Corumbá, 20 out. 1923. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá), *Documentos avulsos*, lata 1923-D.

RELATÓRIO municipal anual de Antonio Canale, Miranda, 31 dez. 1894. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá) –*Documentos avulsos,* lata 1895-D.

RELATÓRIO que [José Joaquim Ramos Ferreira, vice-presidente da província de Mato Grosso] devia apresentar à 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembléia Provincial em setembro de 1887. Cuiabá: [s.n.], 1887.

UNITED STATES. Federal Reserve System. *Banking and monetary statistics*. Washington, D.C., 1943.

UNITED STATES. Department of Agriculture. *Agricultural survey of South America: Argentina and Paraguay*. Elaborado por Leon M. Estabrook. Bulletin no. 1409. Washington, D.C.: Government Printing Office, June1926.

UNITED STATES. Department of State. Division of Latin American Affairs. *Labor supply and its relation to paraguayan agriculture*. Elaborado pelo cônsul Digby A. Willson, Asunción, 7 abril 1925. *Records of the Department of State (Paraguay, 1910-39)*, microfilme M-1470, rolo 10, n. 834.504/5, National Archives, Washington, D.C.

DEMAIS OBRAS

ALBUM graphico do Estado de Matto Grosso (E.E.U.U. do Brasil). Org. por S. Cardoso Ayala e Feliciano Simon. Corumbá/Hamburgo: [s.n.], 1914.

AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre, aspectos da Amazônia, do Rio a Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Garnier, 1913[?].

ARAD, Irene. La ganadería en el Paraguay: período 1870-1900. *Revista Paraguaya de Sociología,* 10, set/dez. 1973.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra*: os trabalhadores da Matte Laranjeira. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis.

AYALA, Elígio. *Migraciones*: ensayo escrito en Berna en 1915. Santiago de Chile: [s.n.], 1941.

AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o Oeste*: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. São Paulo: Martins, 1950.

BARBOSA, Emilio G. *Os Barbosas em Mato Grosso: estudo histórico*. Campo Grande: [s.n.], 1961.

BARRETT, Rafael. *El dolor paraguayo*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

BARROS, Carlos Vandoni de. *Nhecolandia*. Mato Grosso [sic]: [s.n.], 1934.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. Boletim n. 4, Departamento de História, n. 3 (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978).

BERTELLI, Antonio de Pádua. *O paraíso das espécies vivas*: Pantanal de Mato Grosso. São Paulo: Cerifa, 1984.

_____. *Os fatos e os acontecidos com a poderosa e soberana nação dos índios cavaleiros Guaycurus no Pantanal de Mato Grosso, entre os anos de 1526 até o ano de 1986*. São Paulo: [s.n.], 1987.

BLANCHARD, Peter. The recruitment of workers in the Peruvian Sierra at the turn of the century: the *Enganche* system. *Inter-American Economic Affairs*, 33, p. 63-83, 1980.

BUENO, Francisco Antônio Pimenta. *Memória justificativa dos trabalhos de que foi encarregado à provincia de Matto Grosso, segundo as instruções do Ministério da Agricultura de 27 de maio de 1979*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Cidade do México: editora, 1973.

CARONE, Edgard. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARRASCO, Gabriel. *La población del Paraguay, antes y después de la guerra*: rectificación de opiniones generalmente aceptadas. Asunción: [s.n.], 1905.

CHANDLER, Billy Jaynes Chandler. *The bandit king*: Lampião of Brazil. College Station, TX, 1978.

CORRÊA FILHO, Virgílio A. Terras devolutas: evolução do processo de adquiri-las em Matto Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Matto-Grosso*, Cuiabá, 3, p. 63-81, 1921.

_____. *À sombra dos hervaes matogrossenses*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1925. (Monografias cuiabanas, 4).

_____. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957.

_____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

CORRÊA, Afonso Simões. *Pecuária de corte em Mato Grosso do Sul*. Relatório inédito apresentado nos Encontros Regionais de Pecuária de Corte, 27 nov. 1984, Brasília.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. 1982. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo.

DARDYE, Emanuel de Bourgade de la. *Paraguay: the land and the people, natural wealth and commercial capabilities*. London: [s.n.], 1892.

DEAN, Warren. *Rio Claro*: a Brazilian plantation system,1820-1920. Stanford: [s.n.], 1976.

DIONANT, Franz Van. *Le Rio Paraguay et l'État Brésilien de Matto-Grosso*. Brussels: L'Imprimerie Nouvelle, 1907.

DONATO, Hernani. *Selva Trágica*. São Paulo: [s.n.], 1948.

DUNCAN, Kenneth; RUTLEDGE, Ian. *Land and labor in Latin América*. Cambridge: [s.n.], 1977.

ENDLICH, Rodolfo. A criação do gado vaccum nas partes interiores da América do Sul. *Boletim da Agricultura*, São Paulo, 4:6, 1903.

EVOLUCIÓN de la ganadería paraguaya, 1870 hasta el presente. *Paraguay Agrícola Ganadero*, Asunción, 5, ago. 1967.

FLORES COLOMBINO, Andrés. *La fuga de intelectuales*. Montevideo: [s.n.], 1972.

_____. Reseña histórica de la migración paraguaya. *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, 4, jan./ago. 1967.

FOGEL, Gerardo. Notas sobre los migrantes paraguayos en Misiones (Argentina). *Estudios Paraguayos*, Asunción, 1, nov. 1973.

FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil*: 1875-1878. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. 2 v.

FOWERAKER, Joe. *The struggle for land*: a political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day. New York: Cambridge University Press, 1981.

FREIRE ESTEVES, Luís; GONZÁLEZ PEÑA, Juan C. *El Paraguay constitucional, 1870-1920*. Buenos Aires: [s.n.], 1921.

GARCIA MALLID, Atílio. *Proceso a los falsificadores de la historia del Paraguay*. Buenos Aires: Teoría, 1963-64. 2 v.

GONZÁLEZ ERICO, Miguel Angel. Estructura y desarrollo del comercio exterior del Paraguay: 1870-1918. *Revista Paraguaya de Sociología*, 12, set./dez. 1975.

GUY, Donna. The rural working class in nineteenth century Argentina: forced plantation labor in Tucumán. *Latin American Research Review*, 13, p. 135-72, 1978.

HAGER, Alice Rogers. Mate empire. Campanário, huge plantation set deep in Brazilian Matto Grosso, is a jungle paradise. *Inter-American Monthly*, Washington, D.C., ago. 1942.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos. *El Paraguay rural entre 1869 y 1913*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1984.

KNIGHT, Alan. Mexican peonage: what was it and why was it? *Journal of Americam Studies*, 18, p. 41-74, maio 1986.

LAINO, Domingo. *Paraguay*: fronteras y penetración brasileña. Asunción: Cerro Corá, 1978.

LATTIMORE, Owen. The frontier in history. In: _____. *Studies in frontier history*: collected papers, 1928-1958. London: Oxford University Press, 1962. p. 469-492.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948.

LEVERGER, A. [Barão de Melgaço]. Apontamentos para o diccionário chorografico da província de Matto-Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 47, 1884.

LEVINE, Robert. *The Vargas regime*: the critical years, 1934-1938. New York: [s.n.], 1970.

LEWIN, Linda. The oligarchical limitations of social banditry in Brazil: the case of the 'good' thief Antônio Silvino. *Past and Present*, 82, 1979.

LIEBIG'S en el Paraguay. Libro de homenaje en el centenário de la fundación de la Liebig's Extract of Meat Company Ltd., 1865-1965. Zeballos-Cué, Paraguay: [s.n.], 1965.

LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. *Oeste de S. Paulo, Sul de Mato-Grosso*: geologia, industria mineral, clima, vegetação, solo agrícola, industria pastoril. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio", 1909.

MACHADO, Paulo Coelho. História das ruas de Campo Grande: a rua 26 de agosto. Artigos publicados no *Jornal da Cidade*, 1981-1982. Campo Grande, não-editado.

MALLON, Florencia. Murder in the Andes: patrons, clients, and the impact of foreign capital, 1860-1922. *Radical History Review*, 27, p. 79-98, 1983.

MAÑACH, Jorge. *Frontiers in the Americas: a global perspective*. Trad. Philip H. Phenix. New York: Teachers College Press, 1975.

MARTINS, José de Souza Martins. *Capitalismo e tradicionalismo*: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: [s.n.], 1975.

MASSARE DE KOSTIANOVSKY, Olinda. História y evolución de la población en el Paraguay. In: RIVAROLA, Domingo M.; HEISECKE, G. (org.). *Población, urbanización y recursos humanos en el Paraguay*. Asunción: [s.n.], 1969.

McCREERY, David. An odious feudalism: *mandamiento* labor and comercial agriculture in Guatemala, 1858-1920. *Latin American Perspectives,* 13, p. 99-117, inverno 1986.

MENDOZA A., Raul. Desarrollo y evolución de la población paraguaya. In: RIVAROLA, Domingo M.; HEISECKE, G. (org.). *Población, urbanización y recursos humanos en el Paraguay*. Asunción: [s.n.], 1969.

METELLO, Adriano. *O Sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937.

MITCHELL, B. R. *European historical statistics, 1750-1975*. New York: Facts on File, 1981.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida de um roteiro da sua capital a S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Shroeder, 1869.

MULHALL, Michael G. *Journey to Matto Grosso*. Buenos Aires: [s.n.], 1876.

NICKSON, R Andrew. Brazilian colonization of the eastern border region of Paraguay. *Journal of Latin American Studies*, 13, p. 111-131, maio 1981.

NOTAS americanas. *Revista de la Escuela de Comercio*, Asunción, 2, dez. 1917.

PALAU VILADESAU, Tomas; VERÓN, Carlos. *Una contribución preliminar para el estudio de la frontera en el Paraguay y su impacto socio-economico*. Asunción: BASE, 1989. (Investigaciones Sociales, Documento de Trabajo n. 17).

PANG, Eul-Soo. *Bahia in the First Brazilian republic*: coronelismo and oligarchies, 1889-1934. Gainesville: [s.n.], 1979.

PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en el Paraguay*. Montevideo: Antequera, 1972.

PEREIRA, Armando de Arruda. No sul de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 25, p. 225-267, 1927.

PÉREZ ACOSTA, Juan F. *Migraciones históricas del Paraguay a la Argentina*. Buenos Aires: [s.n.], 1952.

PÓVOAS, Lenine C. *Influências do Rio da Prata em Mato Grosso (ensaios)*. Cuiabá: [s.n.], 1982.

PUIGGARI, Umberto. *Nas fronteiras de Matto Grosso: terra abandonada*... São Paulo: Casa Mayença, 1933.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. São Paulo: [s.n.], 1979.

REBER, Vera Blinn. The demographics of Paraguay: a reinterpretation of the Great War, 1864-1870. *Hispanic American Historical Review*, 68, p. 289-319, maio 1988.

RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco 150 anos*: balaio de recordações. Campo Grande: [s.n.], 1984.

RIVAROLA, Domingo M. Aspectos de la migración paraguaya. *Revista Paraguaya de Sociología*, 4, jan./ago. 1967.

RIVAROLA, Domingo M. Paraguay: estructura agrária y migraciones desde una perspectiva histórica. *Estructura agraria y migraciones. El caso paraguayo*, VI, Reunión del Grupo de Población y Desarrollo del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), México, 25-29 julho 1977.

ROMERO, Genaro. Qué proporción existe entre el extranjero inmigrante y el paraguayo emigrante? In: *Expresiones de paraguayismo: contestando a una encuesta*. Asunción: [s.n.], 1934.

_____. *Repatriación*. Asunción: [s.n.],1913.

RONDON conta sua vida. Por Esther de Viveiros. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958.

RONDON, J. Lucídio N. *Tipos e aspectos do Pantanal*. São Paulo: [s.n.], 1972.

ROOSEVELT, Theodore. *Nas selvas do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948.

SILVA, Antonio Carlos Simões da. *Cartas matogrossenses*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1927.

SILVA, José de Melo e. *Canãa do Oeste (Sul de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

SILVA, José de Melo e. *Fronteiras guaranis*. São Paulo: Imp. Metodista, 1939.

SKIDMORE, Thomas. *Politics in Brazil, 1930-1964*: an experiment in democracy. New York: [s.n.], 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Tentativas expansionistas belgas no Brasil: o caso Descalvados. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, ano 55, 119-120, 1983.

STODDARD, Ellwyn R. et. al. (org.). *Borderlands sourcebook: a guide to the literature on Northern Mexico and the American Southwest*. Norman: University of Oklahoma Press, 1983.

STOLS, Eddy. *Les belges au Mato Grosso et en Amazonie ou la récidive de l'aventure congolaise (1895-1910)*. In: DUMOULIN, M., STOLS, E. (dir.). *La Bélgique et l'étranger aux XIXe. et XXe. siècles*. Louvain-la-neuve: [s.n.], 1987.

STORIA della popolazione italiana in Argentina. Aspetti comparati con il Brasile e gli USA (1870-1930). In: *Euroamericani, v. 2, La popolazione di origine italiana in Argentina*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

TOPIK, Steven. The state's contribution to the development of Brazil's internal economy, 1850-1930. *Hispanic American Historical Review*, 65, p. 203-228, maio 1985.

VÁRZEA, Affonso. *Limites meridionaes. As fronteiras com o Uruguai, Argentina e o Paraguai*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1933.

VELHO, Otavio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 17, p. 389-417, out./nov. 1955.

WARREN, Carlos. *Emancipación económica americana, XVIII*. Montevideo: [s.n.], 1946.

WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay and the Triple Alliance: the postwar decade, 1869-1878*. Austin: University of Texas Press, 1978.

_____. *Paraguay*: an informal history. Norman: University of Oklahoma, 1949.

_____. *Rebirth of the Paraguayan Republic*: the first Colorado Era, 1878-1904. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1985.

WHIGHAM, Thomas L.; POTTHAST, Barbara. Some strong reservations: a critique of Vera Blinn Reber's 'The demographics...'. *Hispanic American Historical Review*, 70, p. 667-678, nov. 1990.

WILLIAMS, John Hoyt. *The rise and fall of the Paraguayan Republic, 1800-1870*. Austin: University of Texas Press, 1979.

WILSON, John F.; HAY, James Diego; MARGOLIS, Maxine L. The bi-national frontier of Eastern Paraguay. In: SCHUMANN, Debra A.; PARTRIDGE, William L. (org.). *The human ecology of tropical land settlement in Latin America*. Boulder: Westview Press, 1989. p. 199-237.

WIRTH, John. *The politics of Brazilian development, 1930-1954*. Stanford: [s.n.], 1970.